



Estado do Rio Grande do Norte
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELOI DE SOUZA
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
Rua Euclides Lins, sn – Centro – CEP:59.250-000
CNPJ 08.449.571/0001-10

EDITAL – PE Nº 012/2026

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 012/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 071/2026

1. PREÂMBULO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELÓI DE SOUZA/RN, inscrita no CNPJ sob o nº 08.449.571/0001-10, com sede à Rua Euclides Lins, sn – Centro – Senador Elói de Souza/RN, através do seu agente de contratação, nomeado pela Portaria nº 05 de 03 de janeiro de 2025, torna público que realizará a licitação para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE**, no modo de disputa **“ABERTO”**, em conformidade com a Lei Federal nº. 14.133/2021, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023 e outras normas aplicáveis ao objeto deste certame que irá realizar licitação na modalidade Pregão na forma Eletrônica, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência – Anexo I, objeto do processo administrativo supracitado.

Início do Recebimento das Propostas: 01/06/2026 – às XX:00h.

Limite de Entrega de Propostas: 11/06/2026 – às XX:00h.

Abertura das Propostas: 11/06/2026 – às 08h01min.

Local: Portal de Compras Públicas - www.portaldecompraspublicas.com.br

OBS: Como referência de tempo, será considerado o Horário Oficial de Brasília/DF.

2. DO OBJETO.

2.1 – Registro de Preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios, com fornecimento de forma continuada e entregas parceladas, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais do Município de Senador Elói de Souza/RN, em conformidade com o Termo de Referência, anexo I, deste Edital.

2.2 – O critério de julgamento adotado será o menor preço por **LOTE**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

3.1 – As despesas decorrentes da presente licitação ocorrerão em conformidade com o Orçamento Geral do Município para o ano de 2026, de acordo com a Lei Orçamentária Anual nº 519/2025, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2025, com a Natureza da Despesa – 33.90.30 – Material de Consumo.

3.2 - Em havendo necessidade devidamente justificada poderá haver inclusão de Dotação Orçamentária de Órgão e/ou Secretaria participante ou não, através de Apostilamento (Artigo 136 da Lei Federal nº 14.133/2021)

4. DO CREDENCIAMENTO.

4.1 – Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão fazer o prévio cadastramento do usuário, da senha pessoal que é intransferível, através do site: www.portaldecompraspublicas.com.br.

4.1.1 – Eventuais dúvidas para obtenção da senha deverão ser solicitadas pelo telefone (61) 3120-3737 (Portal de Compras Públicas).

4.2 – A senha poderá ser utilizada em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Portal de Compras Públicas, devidamente justificado.



Estado do Rio Grande do Norte
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELOI DE SOUZA
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
Rua Euclides Lins, sn – Centro – CEP:59.250-000
CNPJ 08.449.571/0001-10

4.3 – O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.4 – O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.5 – É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no PORTAL e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.5.1 – A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1 – PARTICIPAÇÃO:

Poderão participar deste Pregão os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

5.2 – TRATAMENTO FAVORECIDO:

Será concedido tratamento favorecido às seguintes categorias, nos limites previstos em lei:

- Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP);
- Sociedades cooperativas mencionadas no art. 34 da Lei Federal nº 11.488/2007;
- Agricultores familiares e produtores rurais pessoas físicas;
- Microempreendedores Individuais (MEI).

OBS: O tratamento favorecido seguirá os limites previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

5.3 – IMPEDIMENTOS PARA PARTICIPAÇÃO:

Não poderão participar desta licitação os interessados que se enquadrem em qualquer das seguintes situações:

5.3.1 – Estejam impedidos de participar de licitações ou de celebrar contratos administrativos, nos termos da legislação vigente, conforme artigo 73 da Lei Federal nº 14.133/2021;

5.3.2 – Não atendam às condições estabelecidas neste Edital e seus anexos;

5.3.3 – Estrangeiros sem representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.3.4 – Se enquadrem nas hipóteses de impedimento previstas no artigo 73 da Lei Federal nº 14.133/2021;

5.3.5 – Estejam em falência, concurso de credores, recuperação judicial, dissolução ou liquidação;

5.3.6 – Entidades empresariais reunidas em consórcio;

5.3.7 – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

5.4 – DECLARAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

Como condição para participação no Pregão, a licitante deverá assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.4.1 – Que cumpre os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido previsto nos artigos 42 a 49;

5.4.2 – Que está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital e seus anexos;

5.4.3 – Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigação de declarar ocorrências posteriores;

5.4.4 – Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo aprendiz a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

OBS: A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

6.1 – ENVIO DA PROPOSTA:

Os licitantes deverão fazer suas propostas exclusivamente pelo sistema eletrônico, até a data e horário definidos para a sessão pública, devendo preencher todos os campos obrigatórios, incluindo preço e descrição do objeto.

6.2 – DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS:

Ao cadastrar a proposta, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

- a) Está ciente e concorda com as condições do edital e seus anexos, declarando que a proposta contempla todos os custos operacionais, trabalhistas, previdenciários, tributários e quaisquer outros relacionados ao fornecimento dos bens ou serviços;
- b) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, conforme art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- c) Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, conforme arts. 1º, III e IV, e 5º, III, da Constituição Federal;
- d) Cumpre as exigências legais de reserva de cargos para pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social;
- e) Não se enquadra nas hipóteses de impedimento previstas no art. 73 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- f) Cumpre os requisitos para usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, se for ME ou EPP.

6.3 – ALTERAÇÃO E VALIDADE DA PROPOSTA:

Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão alterar ou substituir suas propostas no sistema eletrônico. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a **60 (sessenta)** dias a contar da data de apresentação (artigo 55, §2º, Lei Federal nº 14.133/2021).

6.4 – ACOMPANHAMENTO DO CERTAME:

É responsabilidade do licitante acompanhar as operações no sistema durante a sessão pública, respondendo por eventuais perdas de negócios decorrentes da inobservância de mensagens do sistema ou desconexão.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1 – CAMPOS DA PROPOSTA:

O licitante deverá preencher, no sistema eletrônico:

- a) Valor unitário e total do item;
- b) Marca e fabricante, quando aplicável;
- c) Descrição detalhada do objeto, compatível com o Termo de Referência, indicando modelo, prazo de validade ou garantia, número de registro ou inscrição junto ao órgão competente, quando necessário.



Estado do Rio Grande do Norte
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELOI DE SOUZA
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
Rua Euclides Lins, sn – Centro – CEP:59.250-000
CNPJ 08.449.571/0001-10

7.2 – VINCULAÇÃO E RESPONSABILIDADE:

As especificações contidas na proposta vinculam o licitante, que será integralmente responsável pelo cumprimento do ofertado, inclusive quanto aos preços, não cabendo pleito de alteração por erro, omissão ou outro motivo.

7.3 – INCLUSÃO DE CUSTOS:

Todos os custos operacionais, tributários, trabalhistas, previdenciários e comerciais estão incluídos nos valores apresentados.

7.4 – OBSERVÂNCIA DE LIMITES DE PREÇOS E FISCALIZAÇÃO:

Os preços ofertados devem respeitar os limites legais aplicáveis. O descumprimento poderá ensejar fiscalização pelos órgãos de controle, podendo resultar em:

- a) Determinação de prazo para regularização;
- b) Responsabilização pelo ressarcimento de prejuízos ao erário, em caso de sobrepreço ou superfaturamento, nos termos dos arts. 156 e 167 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.5 - GARANTIA DE PROPOSTA, NOS TERMOS DO ART. 58, § 1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021:

7.5.1 – DA APRESENTAÇÃO:

A apresentação da garantia de proposta será exigida como condição de pré-habilitação, conforme previsto no artigo 58, § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021, no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação. A garantia deverá ser prestada em uma das modalidades previstas no artigo 96, § 1º, da referida Lei, a saber:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, na forma do inciso I do § 1º do artigo 96 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- b) Fiança bancária, emitida por instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil;
- c) Seguro-garantia, mediante apresentação da respectiva apólice emitida por seguradora devidamente autorizada pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, devendo a apólice abranger, inclusive, os riscos de inadimplemento contratual e de eventual rescisão;
- d) O comprovante de recolhimento deverá ser enviado no momento do cadastro da proposta, via sistema, sob pena de desclassificação; e
- e) A não apresentação do comprovante do recolhimento pelo licitante, ou o recolhimento em data posterior à abertura da sessão, acarretarão a sua desclassificação.

7.5.2 – DA DEVOLUÇÃO:

A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

7.5.3 – DA JUSTIFICATIVA:

A exigência de garantia de proposta, prevista no artigo 58, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, mostra-se necessária e adequada no presente certame em razão da relevância e da essencialidade do objeto licitado, que consiste no registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios destinados ao atendimento contínuo das demandas das Secretarias Municipais.

A medida visa resguardar a Administração Pública contra riscos de desistência injustificada da proposta, recusa na assinatura da ata de registro de preços ou do instrumento contratual, bem como contra condutas que possam comprometer a continuidade do fornecimento de itens essenciais à execução de políticas públicas, especialmente alimentação escolar, ações assistenciais e atividades administrativas.



Estado do Rio Grande do Norte
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELOI DE SOUZA
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
Rua Euclides Lins, sn – Centro – CEP:59.250-000
CNPJ 08.449.571/0001-10

Considerando o volume estimado da contratação, a natureza continuada do fornecimento e a necessidade de manutenção da regularidade do abastecimento, a garantia de proposta funciona como mecanismo de segurança jurídica e administrativa, assegurando maior comprometimento dos licitantes com a manutenção de suas ofertas durante o certame.

A exigência foi fixada em percentual moderado, correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, observando os limites legais e sem comprometer a competitividade do certame, sendo admitidas todas as modalidades de garantia previstas no art. 96, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Dessa forma, a Administração entende que a medida atende aos princípios da eficiência, da segurança da contratação, da continuidade do serviço público e da proteção ao interesse público.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

8.1 – ABERTURA DA LICITAÇÃO:

A abertura desta licitação ocorrerá em sessão pública, por meio do sistema eletrônico, na data e horário indicados neste Edital.

8.2 – ANÁLISE DAS PROPOSTAS:

O Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que:

- a) Não atendam aos requisitos do Edital ou de seus anexos;
- b) Contenham vícios insanáveis;
- c) Não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência;
- d) Identifiquem o licitante (confidencialidade).

A desclassificação será fundamentada, registrada no sistema e acompanhada em tempo real por todos os participantes. A não desclassificação imediata não impede julgamento posterior na fase de aceitação.

8.3 – ORDENAÇÃO E FASE DE LANCES:

O sistema classificará automaticamente as propostas aptas, permitindo sua participação na etapa de lances. O sistema disponibilizará campo para comunicação entre Agente de Contratação e licitantes.

8.4 – ENCAMINHAMENTO DE LANCES:

Durante a fase competitiva:

- a) Os lances serão enviados exclusivamente pelo sistema eletrônico;
- b) O licitante deverá ofertar o lance pelo valor total do item;
- c) Os lances sucessivos devem ser inferiores ao último por ele ofertado;
- d) O intervalo mínimo entre lances será de R\$ 0,10;
- e) Será adotado o modo de disputa “aberto”, com lances públicos e sucessivos;
- f) A etapa terá duração inicial de 10 (dez) minutos, prorrogáveis automaticamente por 2 (dois) minutos sempre que houver lance nos últimos 2 minutos do período;
- g) A sessão pública será encerrada automaticamente quando não houver novos lances.

Em caso de desconexão do Agente de Contratação, o sistema permanecerá acessível para envio de lances. Se a desconexão persistir por mais de 10 minutos, a sessão será suspensa e reiniciada após 24 horas da comunicação aos participantes.

8.5 – CRITÉRIO DE JULGAMENTO E DESEMPATE:



Estado do Rio Grande do Norte
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELOI DE SOUZA
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
Rua Euclides Lins, sn – Centro – CEP:59.250-000
CNPJ 08.449.571/0001-10

O critério adotado será o **MENOR PREÇO POR LOTE** (artigo 60, Lei Federal nº 14.133/2021). Caso não haja lances, o licitante concorrerá com o valor de sua proposta.

Para microempresas e empresas de pequeno porte:

- a) Após encerrada a etapa de lances, o sistema verificará automaticamente o porte da empresa e aplicará o disposto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006;
- b) Propostas até 5% acima da melhor oferta serão consideradas empatadas;
- c) A primeira classificada poderá encaminhar última oferta para desempate em prazo de 5 minutos;
- d) Persistindo empate, será realizado sorteio eletrônico.

Critérios de desempate sucessivos (artigo 60, §1º, Lei Federal nº 14.133/2021):

1. Bens produzidos no país;
2. Empresas brasileiras;
3. Empresas que invistam em pesquisa e desenvolvimento de tecnologia no país;
4. Empresas que cumpram reserva de cargos para pessoas com deficiência ou reabilitados da Previdência Social e observem normas de acessibilidade.
5. Em caso de empate persistente, a proposta vencedora será sorteada eletronicamente.

8.6 – NEGOCIAÇÃO DA MELHOR PROPOSTA:

Após a etapa de lances, o Agente de Contratação poderá encaminhar contraproposta ao licitante melhor classificado, visando obter preço mais vantajoso, respeitando as condições do edital.

- a) A negociação será realizada exclusivamente pelo sistema e acompanhada pelos demais licitantes;
- b) O licitante terá prazo de **2 (duas) horas** para enviar a proposta ajustada, acompanhada dos documentos complementares necessários.

8.7 – ACEITAÇÃO E JULGAMENTO:

Concluída a negociação, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta, observando os critérios de habilitação e conformidade com este Edital.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1 – ANÁLISE DA PROPOSTA VENCEDORA:

Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço com os limites previstos neste Edital e seus anexos, observando o artigo 7º, §1º, e artigo 26, §9º, do Decreto nº 10.024/2019, quando aplicável.

9.2 – INCLUSÃO DE CONTRIBUIÇÕES POR PRODUTOR RURAL:

O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá indicar, em sua proposta, os percentuais das contribuições previstas na legislação vigente, sob pena de desclassificação.

9.3 – CRITÉRIOS DE DESCLASSIFICAÇÃO:

Serão desclassificadas propostas ou lances vencedores que apresentem:

- a) Preço superior ao limite máximo estabelecido no Edital;
- b) Desconto inferior ao mínimo exigido;
- c) Preço manifestamente inexequível.

9.3.1 – INEXEQUIBILIDADE:

Considera-se inexequível a proposta com preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou zero, incompatíveis com os preços de insumos e salários de mercado acrescidos dos encargos legais, exceto quando se tratar de materiais e instalações de



Estado do Rio Grande do Norte
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELOI DE SOUZA
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
Rua Euclides Lins, sn – Centro – CEP:59.250-000
CNPJ 08.449.571/0001-10

propriedade do licitante, para os quais este renuncie a parte ou à totalidade da remuneração.

9.4 – DILIGÊNCIAS:

Para fins de verificação da conformidade das propostas e dos documentos de habilitação, o agente de contratação deverá promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou da documentação exigida no edital.

9.5 – SUSPENSÃO DA SESSÃO PARA DILIGÊNCIAS:

Se necessário, a sessão pública poderá ser suspensa para diligências. A reinicialização ocorrerá mediante aviso prévio de 24 (vinte e quatro) horas no sistema, com registro em ata.

9.6 – DOCUMENTOS COMPLEMENTARES:

O Agente de Contratação poderá solicitar ao licitante envio de documentos digitais complementares no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável mediante solicitação fundamentada.

9.6.1 – A solicitação poderá incluir informações sobre características do material, marca, modelo, fabricante, procedência, catálogos ou outros documentos relevantes, encaminhados pelo sistema eletrônico ou outro meio indicado.

9.7 – SUBSEQUÊNCIA DE PROPOSTAS:

Caso a proposta ou lance vencedor seja desclassificado, o Agente de Contratação examinará a proposta ou lance subsequente, seguindo a ordem de classificação.

9.8 – SUSPENSÃO DA SESSÃO:

Quando necessário, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário de continuidade.

9.9 – NEGOCIAÇÃO DO MELHOR PREÇO:

O Agente de Contratação poderá encaminhar contraproposta ao licitante com melhor lance, visando obtenção de preço mais vantajoso, respeitando as condições do Edital.

9.9.1 – Nas hipóteses de rejeição da proposta e análise da subsequente, a negociação poderá ser repetida para obtenção de melhor preço.

9.9.2 – Todas as negociações ocorrerão pelo sistema eletrônico, podendo ser acompanhadas pelos demais licitantes.

9.10 – APLICAÇÃO DO EMPATE FICTO PARA ME/EPP:

Nos itens não exclusivos para ME/EPP, caso a proposta não seja aceita, será realizada nova verificação pelo sistema quanto à ocorrência do empate ficto previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, aplicando-se a disciplina estabelecida nos itens correspondentes do edital.

9.11 – VERIFICAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Agente de Contratação verificará a habilitação do licitante, nos termos deste Edital e da Lei Federal nº 14.133/2021.

10. DA HABILITAÇÃO.

10.1 – VERIFICAÇÃO PRELIMINAR:

Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça sua participação ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

a) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF);

- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
- c) Lista de Inidôneos e Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos (CADICON), mantidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

10.1.1 – Consulta consolidada:

Para pessoas jurídicas, a consulta das alíneas “a” e “b” poderá ser substituída pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

10.1.2 – Alcance da consulta:

A verificação será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/1992.

10.1.2.1 – Ocorrências impeditivas indiretas

Caso constem ocorrências impeditivas indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar eventual fraude, considerando vínculos societários, linhas de fornecimento e outros indícios.

10.1.2.2 – Direito à manifestação

O licitante será convocado para manifestação antes de qualquer decisão de desclassificação.

10.1.3 – Inabilitação:

Constatada sanção impeditiva, o licitante será considerado inabilitado por falta de condição de participação.

10.1.4 – Aplicação do empate ficto:

Em caso de inabilitação, será realizada nova verificação quanto à ocorrência do empate ficto, nos termos dos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, aplicando-se a disciplina prevista para aceitação da proposta subsequente.

10.2 – DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

Havendo necessidade de envio de documentos complementares, o licitante será convocado a encaminhá-los digitalmente pelo sistema em prazo de **2 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.

10.3 – COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL:

Somente haverá exigência de apresentação de documentos originais não-digitais quando houver dúvida sobre a integridade dos arquivos digitais.

10.4 – CONSISTÊNCIA DE CNPJ/CPF:

Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ ou CPF divergente, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.5 – DOCUMENTOS DE MATRIZ E FILIAL:

Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; se for filial, em nome da filial, exceto quando a natureza do documento exigir emissão apenas em nome da matriz.

10.5.1 – Comprovação de centralização:

Serão aceitos registros de CNPJ diferentes entre matriz e filial para CND ou CRF/FGTS, quando comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.6 – ENCAMINHAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO:

Ressalvado o disposto no item 5.2, os licitantes deverão apresentar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens seguintes, para fins de habilitação, observando os prazos e exigências legais da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.7 – HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- 10.7.1 – No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 10.7.2 – Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 10.7.3 – No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 10.7.4 – Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;
- 10.7.5 – No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 10.7.6 – No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o artigo 107 da Lei Federal nº 5.764, de 1971;
- 10.7.7 – No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 10.7.8 – Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.8 – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- 10.8.1 – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho;
- 10.8.2 – Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, expedido pela Receita Federal;
- 10.8.3 – Certidão de Regularidade do FGTS - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- 10.8.4 – Certidão Conjunta Negativa (ou positiva com efeito de negativa) de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional com a Receita Federal do Brasil;
- 10.8.5 – Certidão Negativa (ou positiva com efeito de negativa) de Débito do Estado do domicílio ou sede do licitante;
- 10.8.6 – Certidão Negativa (ou positiva com efeito de negativa) de Débito do Município do domicílio ou sede do licitante;

10.9 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- 10.9.1 – Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- 10.9.2 – Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, e às empresas constituídas no exercício o Balanço de Abertura, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na Junta Comercial do estado sede da empresa e assinado por profissional habilitado, devendo-se juntar, conforme o caso, os termos de abertura e de encerramento do Livro Diário, a fim de comprovar a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data estabelecida para apresentação dos documentos nesta licitação;
 - a.1) A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez

Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante});$

$SG = (\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante});$ LC = Ativo Circulante / Passivo Circulante;

a.2) As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

10.10 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

10.10.1 – Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

10.10.2 - Alvará de Funcionamento válido, expedido pelo órgão competente, ou protocolo de solicitação de renovação acompanhado do respectivo comprovante de pagamento, desde que dentro do prazo legal de regularização.

10.10.3 - Alvará Sanitário para funcionamento expedido pela Vigilância Sanitária do órgão competente da sede da empresa licitante (Art. 51, da Lei Federal nº. 6.360/76);

10.10.4 – Alvará de Licença Sanitária vigente dos veículos utilizados no transporte dos alimentos, expedido pelo órgão competente de vigilância sanitária. Os veículos utilizados no transporte deverão estar registrados em nome da empresa licitante/contratada ou, quando pertencentes a terceiros, deverá ser apresentado contrato de locação, comodato ou instrumento equivalente vigente, em nome da empresa, acompanhado da documentação do veículo, comprovando sua regular disponibilidade para execução do objeto.

10.10.4.1 – JUSTIFICATIVA DO ALVARÁ (VEÍCULO): Justifica-se a exigência do Alvará de Licença Sanitária dos veículos destinados ao transporte de alimentos em razão da necessidade de assegurar que o transporte ocorra em condições higiênico-sanitárias adequadas, garantindo a qualidade, integridade e segurança dos produtos alimentícios, em atendimento às normas sanitárias aplicáveis e à proteção da saúde pública.

10.10.4.2 – JUSTIFICATIVA DA VINCULAÇÃO (VEÍCULO): A exigência de comprovação de vínculo do veículo com a empresa visa assegurar a efetiva disponibilidade dos meios de transporte necessários à execução contratual, garantindo rastreabilidade, regularidade operacional e adequada prestação do serviço.

10.11 – A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

10.11.1 – A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

10.12 – Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no



Estado do Rio Grande do Norte
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELOI DE SOUZA
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
Rua Euclides Lins, sn – Centro – CEP:59.250-000
CNPJ 08.449.571/0001-10

prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.13 – A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.14 – Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.15 – Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.16 – Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA.

11.1 – A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Agente de Contratação no sistema eletrônico e deverá:

11.1.1 – ser redigida em língua portuguesa, digitada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

11.1.2 – conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11.2 – A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11.2.1 – Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

11.3 – Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 12º, II, da Lei Federal nº 14.133/21).

11.3.1 – Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

11.4 – A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

11.5 – A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11.6 – As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

12. DOS RECURSOS.

12.1 – PRAZO PARA RECORRER:

Declarado o vencedor e concluída a fase de HABILITAÇÃO será concedido prazo mínimo de **10 (dez) minutos** em campo próprio do sistema eletrônico para que os licitantes possam, se desejarem, manifestar sua intenção de recorrer, a manifestação é facultativa e não impede a



Estado do Rio Grande do Norte
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELOI DE SOUZA
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
Rua Euclides Lins, sn – Centro – CEP:59.250-000
CNPJ 08.449.571/0001-10

interposição do recurso dentro do prazo legal, sendo obrigatório o aceite da intenção por parte do Agente de Contratação.

12.2 – RECEBIMENTO E ANÁLISE DO RECURSO:

Todos os recursos apresentados **DEVERÃO** ser recebidos e analisados pelo Agente de Contratação, que verificará apenas a tempestividade e a apresentação mínima de fundamentação, não sendo permitido **INDEFERIR** o recurso sem análise de mérito.

12.2.1 – Prazo para apresentação das razões:

O recorrente terá prazo de 3 (três) dias para apresentar suas razões pelo sistema eletrônico.

12.2.2 – Contrarrazões:

Os demais licitantes serão intimados a apresentar contrarrazões pelo sistema eletrônico, também em 3 (três) dias, contados do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos essenciais à defesa de seus interesses.

12.3 – EFEITOS DO RECURSO:

O acolhimento do recurso somente invalidará atos insuscetíveis de aproveitamento, nos termos do artigo 109 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.4 – VISTA DOS AUTOS:

Os autos do processo permanecerão à disposição dos interessados, no endereço indicado neste Edital, garantindo plena transparência e acesso às informações.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO.

13.1 – A SESSÃO PÚBLICA PODERÁ SER REABERTA:

13.1.1 – Nas hipóteses de provimento de recurso ou de decisão administrativa que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que deles dependam, nos termos do artigo 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.1.2 – Quando houver erro na aceitação da proposta mais bem classificada, quando o licitante vencedor desistir ou não comprovar sua habilitação, ou ainda quando não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não cumprir as exigências de regularização fiscal e trabalhista. Nessas hipóteses, será observada a ordem de classificação, com a convocação dos demais licitantes, conforme artigo 64 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2 – Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1 – A convocação se dará por meio do sistema eletrônico, em campo próprio, assegurada a transparência e a publicidade dos atos (artigo 12 da Lei Federal nº 14.133/2021).

13.2.2 – A comunicação complementar por e-mail poderá ser utilizada conforme os dados constantes do sistema, sendo responsabilidade exclusiva do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 – O objeto da licitação será adjudicado ao licitante vencedor e, em seguida, homologado pela autoridade competente, que verificará a regularidade dos atos praticados e autorizará a contratação, nos termos dos artigos 71 a 74 da Lei Federal nº 14.133/2021.



Estado do Rio Grande do Norte
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELOI DE SOUZA
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
Rua Euclides Lins, sn – Centro – CEP:59.250-000
CNPJ 08.449.571/0001-10

14.2 – A homologação não gera direito adquirido à contratação, que somente se aperfeiçoará com a assinatura do instrumento contratual ou com a emissão da nota de empenho, conforme o caso.

14.3 – A autoridade competente poderá, mediante decisão fundamentada, revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade ou anulá-la em razão de ilegalidade, observado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do artigo 71, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

15. DOS PROCEDIMENTOS PARA O REGISTRO DE PREÇO

15.1 – Homologado o resultado da licitação, será formalizada a Ata de Registro de Preços com o(s) fornecedor(es) classificados, observada a ordem de classificação e os quantitativos propostos, nos termos do artigo 82 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.2 – O Município de Senador Elói de Souza/RN convocará os fornecedores a serem registrados, que terão prazo de até **8 (oito) dias úteis**, contados da convocação, para assinatura da Ata de Registro de Preços, prorrogável uma única vez, por igual período, mediante justificativa aceita pela Administração (artigo 90, §3º da Lei Federal nº 14.133/2021).

15.3 – Como condição para assinatura da Ata de Registro de Preços, bem como para as contratações dela decorrentes, o fornecedor deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame, nos termos do artigo 92, inciso XVI, da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.4 – Caso o fornecedor primeiro classificado, devidamente convocado, não compareça ou se recuse a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das penalidades previstas neste edital, serão convocados os demais licitantes, respeitada a ordem de classificação (artigo 64 da Lei Federal nº 14.133/2021).

15.5 – A Ata de Registro de Preços terá validade de **até 12 (doze) meses**, contados da sua assinatura, **podendo ser prorrogada, por igual período**, nos termos do artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que haja justificativa e concordância das partes.

15.6 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada ao beneficiário do registro a preferência em igualdade de condições (artigo 82, §4º da Lei Federal nº 14.133/2021).

15.7 – Comprovada a redução dos preços de mercado em condições equivalentes às do registro, o fornecedor registrado será convocado para promover a adequação do valor registrado, sob pena de cancelamento do registro e aplicação das sanções cabíveis (artigo 86, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021).

16. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

16.1 – ÓRGÃO GERENCIADOR:

O órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços será a Secretaria Municipal de Educação, representada pela Secretário Senhor Márcio Gley Cunha, responsável pelo acompanhamento, controle e fiscalização das condições estabelecidas na Ata, nos termos do artigo 82 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.2 – ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

Participam da Ata as demais secretarias e órgãos do município de Senador Elói de Souza/RN que tenham manifestado interesse em aderir ao certame.

16.3 – ADESÃO DE ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES:

Qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame poderá utilizar a Ata de Registro de Preços, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que:

- a) fique comprovada a vantagem da adesão;
- b) sejam respeitadas, no que couber, as condições e regras estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021.

16.3.1 – Aceitação pelo fornecedor:

O fornecedor registrado poderá aceitar ou recusar o fornecimento às entidades aderentes, observadas as condições estabelecidas na Ata, desde que a recusa não prejudique as obrigações previamente assumidas.

16.3.2 – Limite de contratações adicionais:

As aquisições ou contratações adicionais realizadas por órgãos aderentes não poderão exceder a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, conforme previsto no artigo 86, §4º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem, conforme previsto no artigo 86, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.3.3 – Responsabilidade pelo inadimplemento:

Em caso de inadimplemento contratual por parte do fornecedor, a responsabilidade pela aplicação de penalidades caberá ao órgão ou entidade aderente, que deverá comunicar imediatamente o órgão gerenciador, para fins de registro e acompanhamento.

16.4 – VERIFICAÇÃO PRÉVIA À CONTRATAÇÃO:

Todo órgão ou entidade interessado na utilização da Ata deve assegurar que a contratação:

- a) atende aos seus interesses;
- b) observa os valores praticados;
- c) não compromete a execução das obrigações do fornecedor junto ao órgão gerenciador ou a outros participantes.

17. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

17.1 – Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

18. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE.

18.1 – Após a homologação da licitação, será formalizada a contratação mediante assinatura do Termo de Contrato ou emissão de instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho, Carta Contrato, Autorização, ou outro previsto no edital).

18.2 – O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar o instrumento equivalente, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e neste edital.

18.2.1 – Alternativamente, a Administração poderá encaminhar o Termo de Contrato ou instrumento equivalente para assinatura ou aceite do adjudicatário por correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no mesmo prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento.

18.2.2 – O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado por igual período, mediante solicitação justificada do adjudicatário, aceita pela Administração, nos termos do artigo 62, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.3 – DO ACEITE DO INSTRUMENTO:

O aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente implica, para todos os efeitos, no reconhecimento de que:

18.3.1 – O instrumento substitui o contrato formal, aplicando-se à relação nele estabelecida as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021;

18.3.2 – A contratada se vincula integralmente à sua proposta e às previsões do edital e seus anexos;

18.3.3 – A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 155 da Lei Federal nº 14.133/2021 e que a Administração possui os direitos previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

18.4 – DA CONSULTA PRÉVIA A ÓRGÃOS FISCALIZADORES:

Previamente à contratação, a Administração realizará consulta aos órgãos de controle e fiscalização, incluindo o CADIN, para identificar possíveis impedimentos à contratação, conforme art. 29 da IN nº 3/2018 e artigo 6º, III, da Lei Federal nº 10.522/2002.

18.4.1 – Nos casos de necessidade de assinatura de contrato ou instrumento equivalente, por fornecedor não inscrito no SICAF, este deverá providenciar seu cadastramento sem ônus antes da contratação.

18.4.2 – Caso haja irregularidade no cadastro no SICAF, o contratado deverá regularizar sua situação em até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste edital e na Lei Federal nº 14.133/2021.

18.5 – DA COMPROVAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO:

Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente, será exigida a comprovação das condições de habilitação exigidas no edital, devendo estas ser mantidas durante toda a vigência do contrato ou instrumento equivalente, em conformidade com o artigo 64 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.6 – DO NÃO COMPARECIMENTO OU INABILITAÇÃO:

Caso o vencedor da licitação não comprove as condições de habilitação ou se recuse a assinar o contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá convocar os licitantes subsequentes, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos de habilitação, análise da proposta e negociação, assinar o contrato ou instrumento equivalente, nos termos do artigo 64, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

19. DO REAJUSTAMENTO E REVISÃO DO VALOR CONTRATUAL.

19.1 – O valor do contrato poderá ser reajustado ou revisto nas hipóteses previstas no Termo de Contrato, observando-se:

19.1.1 – O reajustamento será aplicado nos termos pactuados, conforme índices oficiais ou outros critérios expressamente previstos no contrato;

19.1.2 – A revisão do valor poderá ocorrer para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos casos previstos nos artigos 65, §§1º e 2º, e 78 da Lei Federal nº 14.133/2021;

19.1.3 – Qualquer pedido de reajustamento ou revisão deverá ser formalizado pelo contratado, instruído com a documentação comprobatória pertinente, e analisado pela Administração antes da aprovação e implementação.

19.2 – O reajustamento não terá efeito retroativo, aplicando-se apenas a partir da data prevista no contrato ou na legislação aplicável, ressalvadas as hipóteses de revisão por desequilíbrio econômico-financeiro comprovado.



Estado do Rio Grande do Norte
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELOI DE SOUZA
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
Rua Euclides Lins, sn – Centro – CEP:59.250-000
CNPJ 08.449.571/0001-10

20. DO PAGAMENTO.

20.1 – O pagamento será realizado após a entrega dos materiais e/ou a prestação dos serviços, observadas as condições previstas no Termo de Contrato ou instrumento equivalente e no Decreto Municipal nº 026/2017, contados a partir do atesto do Órgão Ordenador da Despesa, ressalvados atrasos na liberação de recursos financeiros. Para efeito de liquidação, a contratada deverá:

- a) Entregar ao Setor requisitante a documentação fiscal correspondente, incluindo nota fiscal eletrônica, que deverá ser encaminhada por meio eletrônico à Prefeitura Municipal de Senador Elói de Souza/RN, responsável pela guarda e arquivo dos documentos;
- b) Apresentar as certidões fiscais exigidas para a liquidação do pagamento, incluindo INSS, FGTS, CNDT, Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- c) Informar o banco, agência e conta bancária em que deseja receber o crédito.

20.2 – O pagamento será efetuado mediante ordem bancária emitida em favor da contratada, respeitando a ordem cronológica de exigibilidade das obrigações e no prazo máximo de **30 (trinta) dias** a contar da data de entrega da nota fiscal ao órgão emissor da ordem de compra.

A nota fiscal deverá ser apresentada em duas vias, com todos os campos preenchidos, discriminando valores unitários e totais dos itens, sem rasuras, e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do bem ou serviço, constando ainda o número do banco, da agência e da conta corrente para crédito.

20.3 – Para ter direito ao pagamento, a contratada deverá comprovar sua adimplência com as fazendas Municipal, Estadual e Federal, mediante apresentação das respectivas certidões negativas de débitos, nos termos do artigo 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

20.4 – A Prefeitura Municipal de Senador Elói de Souza/RN somente autorizará o pagamento após o devido **ATESTO** do gestor do contrato, comprovando a efetiva entrega ou execução do objeto contratado, nos termos do artigo 63 da Lei Federal nº 14.133/2021.

20.5 – Em caso de entrega fracionada do objeto, quando previamente autorizada pela Administração, o pagamento será efetuado proporcionalmente, após cada entrega, ou integralmente após a entrega completa, conforme pactuado no Termo de Contrato ou instrumento equivalente e no edital.

21. DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DAS PARTES.

21.1 – DA CONTRATADA:

Caberão à licitante vencedora, sem prejuízo do constante do Termo de Referência e do Anexo “I” deste Edital, todas as obrigações previstas na Minuta do Contrato, Anexo “II”, inclusive aquelas relacionadas à execução do objeto, qualidade dos bens ou serviços, cumprimento de prazos, responsabilidade civil e demais deveres legais e contratuais, nos termos dos artigos. 6º, 54 e 66 da Lei Federal nº 14.133/2021.

21.2 – DA ADMINISTRAÇÃO:

Caberão à Prefeitura Municipal de Senador Elói de Souza/RN, sem prejuízo do constante do Termo de Referência e do Anexo “I” deste Edital, todas as obrigações previstas na Minuta do Contrato, Anexo “II”, inclusive aquelas relacionadas à fiscalização, atesto dos serviços ou fornecimentos, pagamento, fornecimento de informações, suporte e demais deveres legais e contratuais, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

22. DAS PENALIDADES.

22.1 - A CONTRATADA que deixar de cumprir injustificadamente as obrigações assumidas no contrato ou os preceitos legais estará sujeita à aplicação das seguintes penalidades, de acordo com os artigos 156 a 161 da Lei Federal nº 14.133/2021:

- a) **ADVERTÊNCIA**, por escrito, em caso de infração leve ou reincidência;
- b) **MULTA**, cuja base de cálculo será definida no Termo de Contrato ou no edital, podendo corresponder a até 1% (um por cento) do valor da proposta ou do contrato, aplicada proporcionalmente à gravidade da infração;
- c) **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA**, de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo máximo de **05 (cinco) anos**;
- d) **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE**, para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição, observando-se os procedimentos legais e o direito à ampla defesa e contraditório (artigos 156 e 157 da Lei Federal nº 14.133/2021).

22.2 – POR ATRASO NA EXECUÇÃO:

Em caso de atraso no fornecimento dos bens ou na prestação dos serviços, será aplicada multa diária ou percentual, conforme previsto no edital e no Termo de Contrato ou instrumento equivalente, observando-se os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e legalidade, nos termos do artigo 158 da Lei Federal nº 14.133/2021.

22.3 – PROCEDIMENTO PARA APLICAÇÃO:

Nenhuma penalidade será aplicada sem a oportunidade de defesa prévia da CONTRATADA, nos termos do artigo 159 da Lei Federal nº 14.133/2021, garantindo-se ampla defesa e contraditório.

23. DAS CONDIÇÕES DE FISCALIZAÇÃO.

23.1 – RESPONSABILIDADE PELA FISCALIZAÇÃO:

O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato serão de responsabilidade do ORDENADOR DA DESPESA ou de outro servidor por ele designado, conforme artigos. 67 e 68 da Lei Federal nº 14.133/2021.

23.2 – REGISTRO DE OCORRÊNCIAS:

Todas as ocorrências, irregularidades ou deficiências constatadas durante a execução do contrato deverão ser registradas em relatório próprio, cuja cópia será encaminhada à CONTRATADA, com o objetivo de possibilitar a correção das falhas apontadas, dentro dos prazos estabelecidos.

23.3 – ATUAÇÃO DO FISCAL:

O fiscal designado poderá:

- a) Acompanhar e controlar a execução do contrato, verificando o cumprimento das obrigações contratuais;
- b) Solicitar esclarecimentos e correções de irregularidades;
- c) Elaborar pareceres e relatórios que subsidiem decisões da Administração quanto à aplicação de penalidades, reajustes ou rescisão contratual, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.

24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.

24.1 – PRAZO PARA IMPUGNAÇÃO:

Qualquer interessado poderá impugnar este Edital até **3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS** antes da data designada para a abertura da sessão pública, conforme artigo 59, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.



Estado do Rio Grande do Norte
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELOI DE SOUZA
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
Rua Euclides Lins, sn – Centro – CEP:59.250-000
CNPJ 08.449.571/0001-10

24.2 – FORMA DE IMPUGNAÇÃO:

A impugnação poderá ser apresentada:

- a) Por meio eletrônico, no e-mail: licitacaoeloidesouza@gmail.com ; ou
- b) Por petição física protocolada no endereço: Rua Euclides Lins, sn – Centro – Senador Eloi de Souza/RN

24.3 – DECISÃO SOBRE IMPUGNAÇÃO:

Caberá ao Agente de Contratação, com o auxílio dos responsáveis pela elaboração do edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de **ATÉ 2 (DOIS) DIAS ÚTEIS**, contados do recebimento, conforme artigo 59, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

24.4 – EFEITO DA IMPUGNAÇÃO ACOLHIDA:

Caso a impugnação seja acolhida, será definida e publicada nova data para realização do certame, garantindo ampla publicidade.

24.5 – PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS:

Os pedidos de esclarecimentos relativos ao processo licitatório deverão ser enviados ao Agente de Contratação **ATÉ 3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS** antes da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço indicado no edital, nos termos do artigo 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.

24.6 – RESPOSTA AOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO:

O Agente de Contratação deverá responder aos pedidos de esclarecimento no prazo de **2 (DOIS) DIAS ÚTEIS**, contados do recebimento, podendo solicitar informações complementares aos responsáveis pela elaboração do edital e anexos.

24.7 – EFEITO DAS IMPUGNAÇÕES E ESCLARECIMENTOS:

As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem automaticamente os prazos do certame.

- 24.7.1 – A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser justificada e registrada nos autos do processo, conforme artigo 59, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

24.8 – PUBLICIDADE DAS RESPOSTAS:

As respostas aos pedidos de esclarecimento serão divulgadas pelo sistema eletrônico e vincularão todos os participantes e a Administração, garantindo a transparência do certame.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

25.1 – ATA DA SESSÃO PÚBLICA:

Da sessão pública do Pregão será divulgada ata no sistema eletrônico, em conformidade com os princípios da publicidade e transparência previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

25.2 – ADIAMENTO DA SESSÃO:

Caso não haja expediente ou ocorra qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, salvo comunicação em contrário pelo Agente de Contratação.

25.3 – REFERÊNCIA DE HORÁRIO:

Todas as referências de tempo contidas neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

25.4 – CORREÇÃO DE ERROS FORMAIS:

No julgamento das propostas e da habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas formais que não alterem a substância das propostas ou documentos, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os participantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, conforme artigo 59, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

25.5 – INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS:

As normas disciplinadoras da licitação devem ser interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.6 – CUSTOS DA LICITAÇÃO:

Os licitantes assumem integralmente os custos de preparação e apresentação de suas propostas, e a Administração não será responsável por tais custos, independentemente do resultado do processo licitatório.

25.7 – CONTAGEM DE PRAZOS:

Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, considerando-se apenas dias úteis na Administração.

25.8 – EXIGÊNCIAS FORMAIS NÃO ESSENCIAIS:

O desatendimento de exigências formais não essenciais não implicará no afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público (artigo 7º, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021).

25.9 – PREVALÊNCIA DAS DISPOSIÇÕES DO EDITAL:

Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças do processo, prevalecerão as disposições deste Edital.

25.10 – O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal de Compras Públicas, em atendimento ao artigo 54 da Lei Federal nº 14.133/2021.

25.11 – O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de **Tangará/RN**, com exclusão de qualquer outro, nos termos da legislação vigente.

25.12 – ANEXOS:

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- Anexo I** – Termo de Referência (Especificações do Objeto);
- Anexo II** – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- Anexo III** – Minuta do Contrato;
- Anexo IV** – Modelo de Proposta de Preços.

Senador Elói de Souza/RN, 01 de junho de 2026

JOSÉ LUCIO JUNIOR DA SILVA
Agente de Contratação
Senador Elói de Souza/R



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 012/2026
EDITAL - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 071/2026

1. DO OBJETO:

Registro de Preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios, com fornecimento de forma continuada e entregas parceladas, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais do Município de Senador Elói de Souza/RN.

2. DA JUSTIFICATIVA:

A alimentação escolar é essencial para o desenvolvimento integral dos estudantes, contribuindo para a melhoria do desempenho acadêmico, o bem-estar e o fortalecimento das condições de saúde. Estudos apontam que uma alimentação equilibrada e adequada é um fator crucial para o aprendizado, pois influencia diretamente na capacidade de concentração, na prevenção de doenças e na formação de hábitos alimentares saudáveis desde cedo. A necessidade de garantir a continuidade do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), regulamentado pela Lei Federal nº 11.947/2009 e pela Resolução FNDE nº 6/2020, é um dos pilares que embasam esta solicitação. Tais normas determinam que os recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) devem ser destinados à aquisição de gêneros alimentícios que promovam uma alimentação escolar saudável, respeitando os hábitos alimentares locais e incentivando a agricultura familiar.

Além disso, cumpre destacar que a legislação do PNAE estabelece que pelo menos 45% (QUARENTA E CINCO POR CENTO) dos recursos repassados sejam utilizados para a compra de produtos oriundos da agricultura familiar e de pequenos empreendedores rurais, promovendo o desenvolvimento econômico e social da região e garantindo a sustentabilidade das cadeias produtivas locais. A ausência de fornecimento adequado de gêneros alimentícios impacta negativamente a qualidade da educação ofertada, comprometendo não apenas o desempenho acadêmico, mas também a saúde e o bem-estar dos estudantes. Portanto, esta aquisição é fundamental para assegurar o direito básico à alimentação escolar, em conformidade com os preceitos constitucionais e com os objetivos do Plano Nacional de Educação (PNE).

Dessa forma, solicita-se que sejam adotadas as medidas necessárias para a realização do procedimento licitatório, garantindo a continuidade e qualidade do atendimento às demandas alimentares dos estudantes da Rede Municipal de Ensino de Senador Elói de Souza/RN.

3. DO DETALHAMENTO DO OBJETO

LOTE 01 – FRUTAS, LEGUMES, VERDURAS, RAÍZES E TUBÉRCULOS					
Nº	DESCRIÇÃO	QTD	UND	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	ALHO, IN NATURA, ALHO EM CABEÇA, FRESCO, DE BOA QUALIDADE, BULBOS INTEIROS, FIRMES E BEM FORMADOS, SEM BROTOS, MOFO OU UMIDADE EXCESSIVA, LIVRE DE SUJIDADES E DANOS, ADEQUADO PARA CONSUMO E DEVIDAMENTE ACONDICIONADO.	400	KG	R\$ 33,63	R\$ 13.452,00
2	ALFACE, LISA OU CRESPA, PÉS COM FOLHAS ÍNTEGRAS, NÃO AMARELADAS OU MURCHAS, EM PERFEITA CONDIÇÃO DE	300	KG	R\$ 3,65	R\$ 1.095,00

	PRESENTAÇÃO, SEM MANCHAS, MACHUCADURAS OU OUTROS DEFEITOS					
3	ABACAXI, TAMANHO MÉDIO A GRANDE, SEM AMASSADOS E PARTES APODRECIDAS, LEVEMENTE ÁCIDA.	3.600	KG	R\$ 8,42	R\$ 30.312,00	
4	ABOBRINHA (IN NATURA) ABOBRINHA FRESCA, DE BOA QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, COLORAÇÃO UNIFORME, FIRME, LIMPA, SEM MANCHAS, DANOS OU SINAIS DE DETERIORAÇÃO, ADEQUADA PARA CONSUMO E DEVIDAMENTE ACONDICIONADA.	200	KG	R\$ 6,51	R\$ 1.302,00	
5	ABOBORA, MADURA TIPO MORANGA, DO TAMANHOS GRANDES UNIFORMES INTACTOS FIRMES	700	KG	R\$ 7,60	R\$ 5.320,00	
6	BANANA PACOVAN (EM PENCAS, 1ª QUALIDADE) BANANA PACOVAN, EM PENCAS, DE 1ª QUALIDADE, FRUTOS FIRMES, COM CASCA INTACTA, COLORAÇÃO CARACTERÍSTICA, SEM MANCHAS OU DANOS, LIVRE DE SUJIDADES, COM GRAU DE MATURAÇÃO ADEQUADO PARA CONSUMO E DEVIDAMENTE ACONDICIONADA.	3.000	KG	R\$ 7,89	R\$ 23.670,00	
7	BANANA PRATA, EM PENCAS, DE 1ª QUALIDADE, FRUTOS FIRMES, COM CASCA INTACTA, COLORAÇÃO CARACTERÍSTICA, SEM MANCHAS OU DANOS, LIVRE DE SUJIDADES, COM GRAU DE MATURAÇÃO ADEQUADO PARA CONSUMO E DEVIDAMENTE ACONDICIONADA.	3.500	KG	R\$ 7,10	R\$ 24.850,00	
8	BANANA NANICA, EM PENCAS, DE 1ª QUALIDADE, FRUTOS FIRMES, COM CASCA INTACTA, COLORAÇÃO CARACTERÍSTICA, SEM MANCHAS OU DANOS, LIVRE DE SUJIDADES, COM GRAU DE MATURAÇÃO ADEQUADO PARA CONSUMO E DEVIDAMENTE ACONDICIONADA.	1.000	KG	R\$ 7,47	R\$ 7.470,00	
9	BATATA INGLESA (COMUM, TIPO ESPECIAL, LAVADA) BATATA INGLESA, COMUM, TIPO ESPECIAL, LAVADA, TAMANHO MÉDIO OU GRANDE, FIRMES E ÍNTEGRAS, COM CASCA INTACTA, SEM BROTOS, RACHADURAS OU SINAIS DE DETERIORAÇÃO, LIVRE DE SUJIDADES, ADEQUADA PARA CONSUMO E DEVIDAMENTE ACONDICIONADA.	2.000	KG	R\$ 6,56	R\$ 13.120,00	
10	BATATA DOCE (IN NATURA) FRESCA, FIRME E ÍNTEGRA, TAMANHO MÉDIO, COM CASCA INTACTA, SEM RACHADURAS, BROTOS OU SINAIS DE DETERIORAÇÃO, LIVRE DE SUJIDADES, ADEQUADA PARA CONSUMO E DEVIDAMENTE ACONDICIONADA.	400	KG	R\$ 6,00	R\$ 2.400,00	
11	BETERRABA FRESCA, SEM FOLHAS, DE TIPO ESPECIAL, TAMANHO MÉDIO, FIRME, COM COLORAÇÃO UNIFORME, SEM RACHADURAS, DANOS OU SINAIS DE DETERIORAÇÃO, LIVRE DE SUJIDADES E DEVIDAMENTE ACONDICIONADA, ADEQUADA PARA CONSUMO.	200	KG	R\$ 7,60	R\$ 1.520,00	
12	CEBOLA BRANCA, DE 1ª QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, BULBOS INTEIROS, FIRMES, COM CASCA SECA E INTACTA, SEM BROTOS, UMIDADE OU SINAIS DE DETERIORAÇÃO, LIVRE DE SUJIDADES,	3.000	KG	R\$ 7,55	R\$ 22.650,00	

	ADEQUADA PARA CONSUMO E DEVIDAMENTE ACONDICIONADA.					
13	CENOURA (IN NATURA) CENOURA FRESCA, FIRME E ÍNTEGRA, TAMANHO MÉDIO, COM COLORAÇÃO UNIFORME, SEM RACHADURAS, DANOS OU SINAIS DE DETERIORAÇÃO, LIVRE DE SUJIDADES, ADEQUADA PARA CONSUMO E DEVIDAMENTE ACONDICIONADA.	3.500	KG	R\$ 6,88	R\$ 24.080,00	
14	CHUCHU (IN NATURA, 1ª QUALIDADE) CHUCHU DE 1ª QUALIDADE, FRESCO, FIRME, TAMANHO MÉDIO, COM COLORAÇÃO UNIFORME, SEM RACHADURAS, DANOS OU SINAIS DE DETERIORAÇÃO, LIVRE DE SUJIDADES, ADEQUADO PARA CONSUMO E DEVIDAMENTE ACONDICIONADO.	400	KG	R\$ 7,43	R\$ 2.972,00	
15	COENTRO, COM FOLHAS FIRMES, TAMANHO MÉDIO E DE PRIMEIRA, FIRMES, VIÇOSAS, NO PONTO DE MATURAÇÃO.	1.000	UNIDADE	R\$ 4,84	R\$ 4.840,00	
16	COUVE VERDE (MAÇO) COUVE VERDE, EM MAÇO COM NO MÍNIMO 10 FOLHAS, FRESCAS, ÍNTEGRAS, FIRMES, COM COLORAÇÃO VERDE UNIFORME, SEM MANCHAS, DANOS OU SINAIS DE DETERIORAÇÃO, LIVRE DE SUJIDADES E DEVIDAMENTE ACONDICIONADA, ADEQUADA PARA CONSUMO.	100	UNIDADE	R\$ 8,18	R\$ 818,00	
17	COCO SECO (COM CASCA, 1ª QUALIDADE) COCO SECO, DE 1ª QUALIDADE, COM CASCA ÍNTEGRA, FIRME, SEM RACHADURAS OU SINAIS DE DETERIORAÇÃO, LIVRE DE SUJIDADES, ADEQUADO PARA CONSUMO E DEVIDAMENTE ACONDICIONADO.	500	KG	R\$ 7,33	R\$ 3.665,00	
18	GOIABA (VERMELHA, TIPO MESA) GOIABA VERMELHA, TIPO MESA, FRESCA, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS, FRUTOS FIRMES, SEM DANOS OU SINAIS DE DETERIORAÇÃO, LIVRE DE SUJIDADES, ADEQUADA PARA CONSUMO E DEVIDAMENTE ACONDICIONADA.	1.000	KG	R\$ 7,27	R\$ 7.270,00	
19	INHAME (IN NATURA) INHAME, PRODUTO DE BOA QUALIDADE, FRESCO, FIRME E ÍNTEGRO, TAMANHO MÉDIO, SEM RACHADURAS, DANOS OU SINAIS DE DETERIORAÇÃO, LIVRE DE SUJIDADES, ADEQUADO PARA CONSUMO E DEVIDAMENTE ACONDICIONADO.	100	KG	R\$ 8,58	R\$ 858,00	
20	LIMÃO COMUM (IN NATURA) LIMÃO COMUM, PRODUTO DE BOA QUALIDADE, FRESCO, FIRME, COM CASCA INTACTA, COLORAÇÃO CARACTERÍSTICA, SEM MANCHAS, DANOS OU SINAIS DE DETERIORAÇÃO, LIVRE DE SUJIDADES, ADEQUADO PARA CONSUMO E DEVIDAMENTE ACONDICIONADO.	150	KG	R\$ 6,55	R\$ 982,50	
21	LARANJA LIMA (IN NATURA) LARANJA LIMA, PRODUTO DE BOA QUALIDADE, FRESCA, FIRME, COM CASCA INTACTA, COLORAÇÃO CARACTERÍSTICA, SEM MANCHAS, DANOS OU SINAIS DE DETERIORAÇÃO, LIVRE DE SUJIDADES, ADEQUADA PARA CONSUMO E DEVIDAMENTE ACONDICIONADA.	2.500	KG	R\$ 7,47	R\$ 18.675,00	
22	LARANJA PÊRA (IN NATURA) LARANJA PÊRA, PRODUTO DE BOA QUALIDADE,	2.000	KG	R\$ 7,33	R\$ 14.660,00	

	FRESCA, FIRME, COM CASCA INTACTA, COLORAÇÃO CARACTERÍSTICA, SEM MANCHAS, DANOS OU SINAIS DE DETERIORAÇÃO, LIVRE DE SUJIDADES, ADEQUADA PARA CONSUMO E DEVIDAMENTE ACONDICIONADA.					
23	MAÇÃ (IN NATURA) MAÇÃ, PRODUTO DE BOA QUALIDADE, FRESCA, FIRME, COM CASCA INTACTA, COLORAÇÃO CARACTERÍSTICA, SEM MANCHAS, DANOS OU SINAIS DE DETERIORAÇÃO, LIVRE DE SUJIDADES, ADEQUADA PARA CONSUMO E DEVIDAMENTE ACONDICIONADA.	1.800	KG	R\$	14,86	R\$ 26.748,00
24	MACAXEIRA (TIPO ROSA) MACAXEIRA, DE QUALIDADE, TIPO ROSA, FRESCA, FIRME E ÍNTEGRA, TAMANHO MÉDIO, SEM RACHADURAS, DANOS OU SINAIS DE DETERIORAÇÃO, LIVRE DE SUJIDADES, ADEQUADA PARA CONSUMO E DEVIDAMENTE ACONDICIONADA.	500	KG	R\$	7,18	R\$ 3.590,00
25	MARACUJÁ (IN NATURA) MARACUJÁ, FRUTA DE TAMANHO MÉDIO, FRESCA, FIRME, COM CASCA ÍNTEGRA, COLORAÇÃO CARACTERÍSTICA, SEM RACHADURAS, DANOS OU SINAIS DE DETERIORAÇÃO, LIVRE DE SUJIDADES, ADEQUADO PARA CONSUMO E DEVIDAMENTE ACONDICIONADO.	150	KG	R\$	9,99	R\$ 1.498,50
26	MELANCIA (IN NATURA) MELANCIA, TAMANHO MÉDIO A GRANDE, COM CASCA FIRME E ÍNTEGRA, POLPA SUCULENTA, COLORAÇÃO CARACTERÍSTICA, SEM RACHADURAS, DANOS OU SINAIS DE DETERIORAÇÃO, LIVRE DE SUJIDADES, ADEQUADA PARA CONSUMO E DEVIDAMENTE ACONDICIONADA.	2.300	KG	R\$	6,25	R\$ 14.375,00
27	MANGA (IN NATURA, TIPO ESPADA) MANGA, IN NATURA, TIPO ESPADA, PRODUTO DE BOA QUALIDADE, FRESCA, FIRME, COM CASCA ÍNTEGRA, COLORAÇÃO CARACTERÍSTICA, SEM MANCHAS, DANOS OU SINAIS DE DETERIORAÇÃO, LIVRE DE SUJIDADES, ADEQUADA PARA CONSUMO E DEVIDAMENTE ACONDICIONADA.	300	KG	R\$	8,41	R\$ 2.523,00
28	MAMÃO (TIPO FORMOSA, IN NATURA) MAMÃO TIPO FORMOSA, PRODUTO DE BOA QUALIDADE, FRESCO, FIRME, COM CASCA ÍNTEGRA, COLORAÇÃO CARACTERÍSTICA, SEM MANCHAS, DANOS OU SINAIS DE DETERIORAÇÃO, LIVRE DE SUJIDADES, ADEQUADO PARA CONSUMO E DEVIDAMENTE ACONDICIONADO.	1.000	KG	R\$	7,31	R\$ 7.310,00
29	MELÃO (IN NATURA) MELÃO, DE TAMANHO MÉDIO, PRODUTO DE BOA QUALIDADE, FRESCO, FIRME, COM CASCA ÍNTEGRA, COLORAÇÃO CARACTERÍSTICA, SEM MANCHAS, DANOS OU SINAIS DE DETERIORAÇÃO, LIVRE DE SUJIDADES, ADEQUADO PARA CONSUMO E DEVIDAMENTE ACONDICIONADO.	2.000	KG	R\$	8,57	R\$ 17.140,00
30	PIMENTÃO VERDE (IN NATURA) PIMENTÃO VERDE, ÍNTEGRO, PRODUTO DE BOA QUALIDADE, FRESCO, FIRME, COM COLORAÇÃO VERDE UNIFORME, SEM MANCHAS, DANOS OU SINAIS DE	600	KG	R\$	8,81	R\$ 5.286,00

	DETERIORAÇÃO, LIVRE DE SUJIDADES, ADEQUADO PARA CONSUMO E DEVIDAMENTE ACONDICIONADO.					
31	PIMENTA DO REINO (MOÍDA, 15G) PIMENTA DO REINO, MOÍDA, PURA, EM PÓ FINO, EMBALAGEM CONTENDO 15G, COM REGISTRO NOS ÓRGÃOS COMPETENTES, PRAZO DE VALIDADE ADEQUADO, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM ÍNTEGRA, HERMETICAMENTE FECHADA, SEM DANOS OU VIOLAÇÕES, PRÓPRIA PARA CONSUMO.	50	PACOTE	R\$	4,95	R\$ 247,50
32	REPOLHO BRANCO (IN NATURA) REPOLHO BRANCO, PRODUTO DE BOA QUALIDADE, FRESCO, FIRME, COM FOLHAS ÍNTEGRAS E COMPACTAS, COLORAÇÃO CARACTERÍSTICA, SEM MANCHAS, DANOS OU SINAIS DE DETERIORAÇÃO, LIVRE DE SUJIDADES, ADEQUADO PARA CONSUMO E DEVIDAMENTE ACONDICIONADO.	200	KG	R\$	5,05	R\$ 1.010,00
33	PÊRA (IN NATURA) PÊRA, PRODUTO DE BOA QUALIDADE, FRESCA, FIRME, COM CASCA ÍNTEGRA, COLORAÇÃO CARACTERÍSTICA, SEM MANCHAS, DANOS OU SINAIS DE DETERIORAÇÃO, LIVRE DE SUJIDADES, ADEQUADA PARA CONSUMO E DEVIDAMENTE ACONDICIONADA.	300	KG	R\$	15,56	R\$ 4.668,00
34	REPOLHO ROXO (IN NATURA) REPOLHO ROXO, PRODUTO DE BOA QUALIDADE, FRESCO, FIRME, COM FOLHAS ÍNTEGRAS E COMPACTAS, COLORAÇÃO CARACTERÍSTICA, SEM MANCHAS, DANOS OU SINAIS DE DETERIORAÇÃO, LIVRE DE SUJIDADES, ADEQUADO PARA CONSUMO E DEVIDAMENTE ACONDICIONADO.	200	KG	R\$	8,72	R\$ 1.744,00
35	TOMATE (IN NATURA) TOMATE, FRESCO, PRODUTO DE BOA QUALIDADE, FIRME, COM CASCA ÍNTEGRA, COLORAÇÃO CARACTERÍSTICA, SEM RACHADURAS, MANCHAS OU SINAIS DE DETERIORAÇÃO, LIVRE DE SUJIDADES, ADEQUADO PARA CONSUMO E DEVIDAMENTE ACONDICIONADO.	600	KG	R\$	11,03	R\$ 6.618,00
36	UVA ITÁLIA (NACIONAL, IN NATURA) UVA ITÁLIA, NACIONAL, IN NATURA, PRODUTO DE BOA QUALIDADE, FRUTOS FIRMES, COM CASCA ÍNTEGRA, COLORAÇÃO CARACTERÍSTICA, SEM DANOS, MANCHAS OU SINAIS DE DETERIORAÇÃO, LIVRE DE SUJIDADES, ADEQUADA PARA CONSUMO E DEVIDAMENTE ACONDICIONADA.	1.500	KG	R\$	16,71	R\$ 25.065,00
37	ABACATE (IN NATURA) ABACATE, FRUTO FRESCO, PRODUTO DE BOA QUALIDADE, FIRME, COM CASCA ÍNTEGRA, COLORAÇÃO CARACTERÍSTICA, SEM MANCHAS, DANOS OU SINAIS DE DETERIORAÇÃO, LIVRE DE SUJIDADES, ADEQUADO PARA CONSUMO E DEVIDAMENTE ACONDICIONADO.	800	KG	R\$	9,49	R\$ 7.592,00
38	ACEROLA (IN NATURA) ACEROLA, FRUTO FRESCO DE TAMANHO MÉDIO, PRODUTO DE BOA QUALIDADE, FIRME, COM COLORAÇÃO CARACTERÍSTICA, SEM MANCHAS, DANOS OU SINAIS DE DETERIORAÇÃO, LIVRE DE SUJIDADES,	1.000	KG	R\$	11,14	R\$ 11.140,00

	ADEQUADA PARA CONSUMO E DEVIDAMENTE ACONDICIONADA.,				
39	CAJU (IN NATURA) CAJU, FRESCO, DE TAMANHO MÉDIO, PRODUTO DE BOA QUALIDADE, FIRME, COM COLORAÇÃO CARACTERÍSTICA, SEM MANCHAS, DANOS OU SINAIS DE DETERIORAÇÃO, LIVRE DE SUJIDADES, ADEQUADO PARA CONSUMO E DEVIDAMENTE ACONDICIONADO.	200	KG	R\$ 8,90	R\$ 1.780,00
40	CEBOLINHA (IN NATURA) CEBOLINHA, PRODUTO DE BOA QUALIDADE, FRESCA, COM FOLHAS VERDES, ÍNTEGRAS E FIRMES, SEM MANCHAS, DANOS OU SINAIS DE DETERIORAÇÃO, LIVRE DE SUJIDADES, ADEQUADA PARA CONSUMO E DEVIDAMENTE ACONDICIONADA.	150	UNIDADE	R\$ 6,77	R\$ 1.015,50
41	MANJERICÃO (DESIDRATADO, 10G) MANJERICÃO DESIDRATADO, EM FOLHA SECA, EMBALAGEM CONTENDO 10G, PRODUTO DE BOA QUALIDADE, COM AROMA E COLORAÇÃO CARACTERÍSTICOS, LIVRE DE IMPUREZAS, COM PRAZO DE VALIDADE ADEQUADO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ÍNTEGRA E HERMETICAMENTE FECHADA, PRÓPRIO PARA CONSUMO.	100	PACOTE	R\$ 3,78	R\$ 378,00
42	GRAVIOLA (IN NATURA) GRAVIOLA, PRODUTO DE BOA QUALIDADE, FRESCA, FIRME, COM CASCA ÍNTEGRA, COLORAÇÃO CARACTERÍSTICA, SEM DANOS, MANCHAS OU SINAIS DE DETERIORAÇÃO, LIVRE DE SUJIDADES, ADEQUADA PARA CONSUMO E DEVIDAMENTE ACONDICIONADA.	150	KG	R\$ 14,09	R\$ 2.113,50
43	SALSA (DESIDRATADA) SALSA DESIDRATADA, EM FOLHA SECA, PRODUTO DE BOA QUALIDADE, COM AROMA E COLORAÇÃO CARACTERÍSTICOS, LIVRE DE IMPUREZAS, COM PRAZO DE VALIDADE ADEQUADO, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM ÍNTEGRA E HERMETICAMENTE FECHADA, PRÓPRIA PARA CONSUMO.	100	PACOTE	R\$ 6,90	R\$ 690,00

LOTE 02 - CEREAIS, ÓLEOS E GORDURAS E DEMAIS PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS					
Nº	DESCRIÇÃO	QTD	UND	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	ADOÇANTE DIETÉTICO À BASE DE STÉVIA (100ML): ADOÇANTE LÍQUIDO DIETÉTICO À BASE DE STÉVIA, PRÓPRIO PARA SUBSTITUIÇÃO DO AÇÚCAR, COM ALTO PODER ADOÇANTE, ISENTO DE AÇÚCARES, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 100ML, ÍNTEGRA E RESISTENTE, COM IDENTIFICAÇÃO, DATA DE VALIDADE E REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE.	100	UNIDADE	R\$ 7,96	R\$ 796,00
2	ACHOCOLATADO EM PÓ (400): ACHOCOLATADO EM PÓ SOLÚVEL, OBTIDO A PARTIR DE CACAU EM PÓ E AÇÚCAR, ENRIQUECIDO COM VITAMINAS E MINERAIS, COM SABOR E COR CARACTERÍSTICOS, ISENTO DE IMPUREZAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 800G, ÍNTEGRA E	2.000	UNIDADE	R\$ 34,19	R\$ 68.380,00

	RESISTENTE, COM IDENTIFICAÇÃO, DATA DE VALIDADE E REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE.				
3	AÇÚCAR MASCAVO GRANULADO (1KG): AÇÚCAR MASCAVO GRANULADO, OBTIDO DA CANA-DE-AÇÚCAR, SEM REFINO, COM COR E SABOR CARACTERÍSTICOS, ISENTO DE IMPUREZAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 1KG, ÍNTEGRA E RESISTENTE, COM IDENTIFICAÇÃO, DATA DE VALIDADE E REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE.	500	KG	R\$ 16,72	R\$ 8.360,00
4	AÇÚCAR BRANCO REFINADO (1KG): AÇÚCAR BRANCO REFINADO, OBTIDO DA CANA-DE-AÇÚCAR, COM GRANULAÇÃO FINA, COR BRANCA E SABOR CARACTERÍSTICO, ISENTO DE IMPUREZAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 1KG, ÍNTEGRA E RESISTENTE, COM IDENTIFICAÇÃO, DATA DE VALIDADE E REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE.	2.000	KG	R\$ 6,10	R\$ 12.200,00
5	ARROZ BRANCO TIPO 1 (1KG): ARROZ BRANCO TIPO 1, NÃO PARBOILIZADO, POLIDO, CLASSE LONGO FINO, ISENTO DE IMPUREZAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 1KG, COM IDENTIFICAÇÃO E DATA DE VALIDADE.	2.200	KG	R\$ 6,94	R\$ 15.268,00
6	ARROZ PARBOILIZADO TIPO 1 (1KG): ARROZ PARBOILIZADO TIPO 1, CLASSE LONGO FINO, CONSTITUÍDO DE GRÃOS INTEIROS, ISENTO DE IMPUREZAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 1KG, COM IDENTIFICAÇÃO E DATA DE VALIDADE.	3.000	KG	R\$ 5,96	R\$ 17.880,00
7	ARROZ INTEGRAL (1KG): ARROZ TIPO INTEGRAL, COM GRÃOS INTEIROS, ISENTO DE IMPUREZAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 1KG, COM IDENTIFICAÇÃO E DATA DE VALIDADE.	300	KG	R\$ 8,63	R\$ 2.589,00
8	AVEIA EM FLOCOS FINOS (170G): AVEIA EM FLOCOS FINOS, COM ASPECTO E SABOR CARACTERÍSTICOS, ISENTA DE IMPUREZAS, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE 200G, COM IDENTIFICAÇÃO E DATA DE VALIDADE.	300	UNIDADE	R\$ 7,96	R\$ 2.388,00
9	AVEIA EM FLOCOS (170G): AVEIA EM FLOCOS, COM ASPECTO E SABOR CARACTERÍSTICOS, ISENTA DE IMPUREZAS, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE 200G, COM IDENTIFICAÇÃO E DATA DE VALIDADE.	300	UNIDADE	R\$ 7,83	R\$ 2.349,00
10	AMEIXA SECA SEM CAROÇO (200G): AMEIXA SECA, INTEIRA, SEM CAROÇO, COM ASPECTO E SABOR CARACTERÍSTICOS, ISENTA DE IMPUREZAS, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE 200G, COM IDENTIFICAÇÃO E DATA DE VALIDADE.	100	UNIDADE	R\$ 17,19	R\$ 1.719,00
11	BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA (400G): BISCOITO DOCE SEM RECHEIO, SABOR COCO E/OU LEITE, TIPO ROSQUINHA, COM ASPECTO E SABOR CARACTERÍSTICOS, ISENTO DE IMPUREZAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PRIMÁRIA DE 400G, COM IDENTIFICAÇÃO E DATA DE VALIDADE.	4.000	PACOTE	R\$ 7,06	R\$ 28.240,00
12	BISCOITO SALGADO TIPO CREAM CRACKER (350G): BISCOITO SALGADO TIPO	3.500	PACOTE	R\$ 8,14	R\$ 28.490,00

	CREAM CRACKER, COM ASPECTO E SABOR CARACTERÍSTICOS, ISENTO DE IMPUREZAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 400G, COM IDENTIFICAÇÃO E DATA DE VALIDADE.				
13	BISCOITO DOCE TIPO MARIA (350G): BISCOITO DOCE TIPO MARIA TRADICIONAL, COM ASPECTO E SABOR CARACTERÍSTICOS, ISENTO DE IMPUREZAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 400G, COM IDENTIFICAÇÃO E DATA DE VALIDADE.	4.000	PACOTE	R\$ 8,01	R\$ 32.040,00
14	BISCOITO INTEGRAL TIPO CREAM CRACKER (350G): BISCOITO SALGADO INTEGRAL TIPO CREAM CRACKER, COM ASPECTO E SABOR CARACTERÍSTICOS, ISENTO DE IMPUREZAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 400G, COM IDENTIFICAÇÃO E DATA DE VALIDADE.	200	PACOTE	R\$ 8,99	R\$ 1.798,00
15	BISCOITO DOCE INTEGRAL (350G): BISCOITO TIPO DOCE INTEGRAL, COM ASPECTO E SABOR CARACTERÍSTICOS, ISENTO DE IMPUREZAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 400G, COM IDENTIFICAÇÃO E DATA DE VALIDADE.	200	PACOTE	R\$ 12,38	R\$ 2.476,00
16	BISCOITO SEM GLÚTEN/SEM LACTOSE (300G): BISCOITO ISENTO DE GLÚTEN E LACTOSE, COM ASPECTO E SABOR CARACTERÍSTICOS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 400G, COM IDENTIFICAÇÃO E DATA DE VALIDADE.	200	PACOTE	R\$ 12,95	R\$ 2.590,00
17	ACHOCOLATADO LÍQUIDO (200ML): BEBIDA LÁCTEA ACHOCOLATADA, PRONTA PARA CONSUMO, ELABORADA COM LEITE, CACAU E AÇÚCAR, COM SABOR E COR CARACTERÍSTICOS, ISENTA DE IMPUREZAS, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE 200ML, ÍNTEGRA E RESISTENTE, COM IDENTIFICAÇÃO, DATA DE VALIDADE E REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE.	150	UNIDADE	R\$ 3,11	R\$ 466,50
18	BEBIDA LACTEA, SABORES VARIADOS COM CONSISTÊNCIA CREMOSA OU LIQUIDA, ACONDICIONADA EMBALAGEM DE SACO PLÁSTICO UHT. 900ML	2.000	PACOTE	R\$ 7,12	R\$ 14.240,00
19	CAFÉ TORRADO E MOÍDO (250G): CAFÉ TORRADO E MOÍDO, COM AROMA E SABOR CARACTERÍSTICOS, ISENTO DE IMPUREZAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 250G, COM IDENTIFICAÇÃO E SELO DA ABIC E DATA DE VALIDADE.	1500	PACOTE	R\$ 17,47	R\$ 26.205,00
20	CANELA EM PÓ (50G): CANELA EM PÓ, COM AROMA E SABOR CARACTERÍSTICOS, ISENTA DE IMPUREZAS, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE 50G, COM IDENTIFICAÇÃO E DATA DE VALIDADE.	100	UNIDADE	R\$ 6,79	R\$ 679,00
21	REFRIGERANTE SABORES VARIADOS (2L) REFRIGERANTE SABORES LIMÃO, UVA, GUARANÁ E LARANJA, EMBALAGEM DE 2 LITROS, PRODUTO DE BOA QUALIDADE, COM REGISTRO NOS ÓRGÃOS COMPETENTES, PRAZO DE VALIDADE	2.000	UNIDADE	R\$ 12,99	R\$ 25.980,00

	ADEQUADO, ACONDICIONADO EM GARRAFA ÍNTEGRA, LACRADA, SEM DANOS OU VIOLAÇÕES, PRÓPRIO PARA CONSUMO.				
22	REFRIGERANTE TIPO COLA (2L) REFRIGERANTE TIPO COLA, EMBALAGEM DE 2 LITROS, PRODUTO DE BOA QUALIDADE, COM REGISTRO NOS ÓRGÃOS COMPETENTES, PRAZO DE VALIDADE ADEQUADO, ACONDICIONADO EM GARRAFA ÍNTEGRA, LACRADA, SEM DANOS OU VIOLAÇÕES, PRÓPRIO PARA CONSUMO.	2.000	UNIDADE	R\$ 14,50	R\$ 29.000,00
23	CREME DE LEITE, EMBALAGEM CAIXA, VALOR NUTRICIONAL COMPLETO, DATA DE VALIDADE E LOTE SIF 200G	2.000	UNIDADE	R\$ 5,28	R\$ 10.560,00
24	CHOCOLATE EM PÓ SOLÚVEL 70% CACAU (200G): CHOCOLATE EM PÓ SOLÚVEL, COM NO MÍNIMO 70% DE CACAU, COM SABOR CARACTERÍSTICO, ISENTO DE IMPUREZAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 200G, COM IDENTIFICAÇÃO E DATA DE VALIDADE.	500	UNIDADE	R\$ 19,44	R\$ 9.720,00
25	COLORAU, SEM SAL, DEVE SER CONSTITUÍDO DE MATÉRIA PRIMA DE BOA QUALIDADE A APRESENTAR ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR CARACTERÍSTICO DO PRODUTO, VALIDADE DE NO MÍNIMO DE 6 MESES A 1 ANO, 100G	2.500	PACOTE	R\$ 7,80	R\$ 19.500,00
26	EXTRATO DE TOMATE (320G): EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO, COM COR E SABOR CARACTERÍSTICOS, ISENTO DE IMPUREZAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 320G, COM IDENTIFICAÇÃO E DATA DE VALIDADE.	2.000	UNIDADE	R\$ 6,40	R\$ 12.800,00
27	FARINHA DE TRIGO COM FERMENTO, ESPECIFICAÇÃO: EMBALAGEM CONTENDO 1QUILO COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LÍQUIDO, DE ACORDO COM A PORTARIA 354/98 AVISA PORTARIA 74/94 DO MS/SNVS. COM FERRO ÁCIDO FÓLICO.	200	KG	R\$ 8,53	R\$ 426,50
28	FARINHA DE TRIGO SEM FERMENTO (1KG): FARINHA DE TRIGO SEM FERMENTO, COM ASPECTO E COR CARACTERÍSTICOS, ISENTA DE IMPUREZAS, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE 1KG, COM IDENTIFICAÇÃO E DATA DE VALIDADE.	200	KG	R\$ 6,21	R\$ 1.706,00
29	FEIJÃO BRANCO TIPO MACASSAR (1KG): FEIJÃO BRANCO TIPO MACASSAR, DE 1ª QUALIDADE, COM GRÃOS INTEIROS, ISENTO DE IMPUREZAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 1KG, COM IDENTIFICAÇÃO E DATA DE VALIDADE.	200	KG	R\$ 9,00	R\$ 1.242,00
30	FEIJÃO CARIOCA TIPO 1 (1KG): FEIJÃO CARIOCA TIPO 1, COM GRÃOS INTEIROS, ISENTO DE IMPUREZAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 1KG, COM IDENTIFICAÇÃO E DATA DE VALIDADE.	600	KG	R\$ 8,41	R\$ 5.046,00
31	FEIJÃO PRETO TIPO 1 (1KG): FEIJÃO PRETO TIPO 1, COM GRÃOS INTEIROS, ISENTO DE IMPUREZAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 1KG, COM IDENTIFICAÇÃO E DATA DE VALIDADE.	800	KG	R\$ 8,27	R\$ 6.616,00

32	FLOCOS DE MILHO (500G): FLOCOS DE MILHO AMARELO, SEM SAL, COM ASPECTO E SABOR CARACTERÍSTICOS, ISENTO DE IMPUREZAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 500G, COM IDENTIFICAÇÃO E DATA DE VALIDADE.	5.000	PACOTE	R\$ 4,41	R\$ 22.050,00
33	GOMA DE TAPIOCA FRESCA, PRIMEIRA QUALIDADE, LAVADA E PENEIRADA E LIVRE DE IMPUREZAS, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNNPA FORNECIMENTO EM PACOTES DE QUILO	500	KG	R\$ 8,34	R\$ 4.170,00
34	LEITE INTEGRAL EM PÓ (200G): LEITE INTEGRAL EM PÓ, COM ASPECTO, COR E SABOR CARACTERÍSTICOS, ISENTO DE IMPUREZAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 200G, COM IDENTIFICAÇÃO E DATA DE VALIDADE.	3.000	PACOTE	R\$ 9,60	R\$ 28.800,00
35	LEITE DESNATADO LÍQUIDO (1L): LEITE DESNATADO LÍQUIDO, COM ASPECTO, COR E SABOR CARACTERÍSTICOS, ISENTO DE IMPUREZAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 1L, COM IDENTIFICAÇÃO E DATA DE VALIDADE.	100	L	R\$ 6,45	R\$ 645,00
36	LEITE EM PÓ DESNATADO (200G): LEITE EM PÓ DESNATADO, COM ASPECTO, COR E SABOR CARACTERÍSTICOS, ISENTO DE IMPUREZAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 200G, COM IDENTIFICAÇÃO E DATA DE VALIDADE.	200	PACOTE	R\$ 9,63	R\$ 1.926,00
37	LEITE DE SOJA EM PÓ (400G): LEITE DE SOJA EM PÓ, COM ASPECTO, COR E SABOR CARACTERÍSTICOS, ISENTO DE IMPUREZAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 400G, COM IDENTIFICAÇÃO E DATA DE VALIDADE.	50	UNIDADE	R\$ 48,58	R\$ 2.429,00
38	MACARRÃO TIPO ESPAGUETE (500G): MACARRÃO TIPO ESPAGUETE, COM ASPECTO E SABOR CARACTERÍSTICOS, ISENTO DE IMPUREZAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 500G, COM IDENTIFICAÇÃO E DATA DE VALIDADE.	5.500	PACOTE	R\$ 4,49	R\$ 24.695,00
39	MACARRÃO TIPO ESPAGUETE INTEGRAL (500G): MACARRÃO TIPO ESPAGUETE INTEGRAL, COM ASPECTO E SABOR CARACTERÍSTICOS, ISENTO DE IMPUREZAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 500G, COM IDENTIFICAÇÃO E DATA DE VALIDADE.	100	PACOTE	R\$ 7,77	R\$ 777,00
40	MACARRÃO TIPO PARAFUSO (500G): MACARRÃO TIPO PARAFUSO, COM ASPECTO E SABOR CARACTERÍSTICOS, ISENTO DE IMPUREZAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 500G, COM IDENTIFICAÇÃO E DATA DE VALIDADE.	2.000	PACOTE	R\$ 4,53	R\$ 9.060,00
41	REQUEIJÃO CREMOSO (200G): REQUEIJÃO CREMOSO, COM TEXTURA, COR E SABOR CARACTERÍSTICOS, ISENTO DE IMPUREZAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 200G, COM IDENTIFICAÇÃO E DATA DE VALIDADE.	100	UNIDADE	R\$ 9,38	R\$ 938,00
42	CHÁ DIVERSOS SABORES (SACHÊ, CAIXA COM 10 UNIDADES) CHÁ DIVERSOS SABORES, TIPO SACHÊ DE PAPEL,	100	CAIXA	R\$ 9,55	R\$ 955,00

	EMBALAGEM COM 10 UNIDADES, PRODUTO DE BOA QUALIDADE, COM AROMA E SABOR CARACTERÍSTICOS, LIVRE DE IMPUREZAS, COM PRAZO DE VALIDADE ADEQUADO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ÍNTEGRA E LACRADA, PRÓPRIO PARA CONSUMO.				
43	BALA DOCE DURA (SORTIDA, 700G) BALA DOCE DURA, SORTIDA, PACOTE COM 700G, PRODUTO DE BOA QUALIDADE, COM SABORES VARIADOS, LIVRE DE IMPUREZAS, COM PRAZO DE VALIDADE ADEQUADO, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM ÍNTEGRA, LACRADA, SEM DANOS OU VIOLAÇÕES, PRÓPRIA PARA CONSUMO.	1.000	PACOTE	R\$ 9,77	R\$ 9.770,00
44	PIRULITO (SORTIDO, 50 UNIDADES) PIRULITO SORTIDO, PACOTE COM 50 UNIDADES, PRODUTO DE BOA QUALIDADE, COM SABORES VARIADOS, LIVRE DE IMPUREZAS, COM PRAZO DE VALIDADE ADEQUADO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ÍNTEGRA, LACRADA, SEM DANOS OU VIOLAÇÕES, PRÓPRIO PARA CONSUMO.	1.000	PACOTE	R\$ 15,30	R\$ 15.300,00
45	PIPOCA SALGADA (PACOTE COM 20 UNIDADES) PIPOCA SALGADA, EMBALAGEM CONTENDO 20 UNIDADES, PRODUTO DE BOA QUALIDADE, PRONTA PARA CONSUMO, COM SABOR CARACTERÍSTICO, LIVRE DE IMPUREZAS, COM PRAZO DE VALIDADE ADEQUADO, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM ÍNTEGRA, LACRADA, SEM DANOS OU VIOLAÇÕES.	3.000	PACOTE	R\$ 12,04	R\$ 36.120,00
46	DOCE DE GOIABA (TIPO GOIABADA, 600G) DOCE DE GOIABA, TIPO GOIABADA, EMBALAGEM CONTENDO 600G, PRODUTO DE BOA QUALIDADE, COM TEXTURA E SABOR CARACTERÍSTICOS, LIVRE DE IMPUREZAS, COM PRAZO DE VALIDADE ADEQUADO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ÍNTEGRA, LACRADA, SEM DANOS OU VIOLAÇÕES, PRÓPRIO PARA CONSUMO.	400	UNIDADE	R\$ 7,87	R\$ 3.148,00
47	KETCHUP (400G): MOLHO TIPO KETCHUP, ELABORADO À BASE DE TOMATE, AÇÚCAR, VINAGRE E CONDIMENTOS, COM COR, SABOR E CONSISTÊNCIA CARACTERÍSTICOS, ISENTO DE IMPUREZAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 400G, ÍNTEGRA E RESISTENTE, COM IDENTIFICAÇÃO, DATA DE VALIDADE E REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE.	100	UNIDADE	R\$ 8,50	R\$ 850,00

48	MAIONESE (500G): MAIONESE INDUSTRIALIZADA, OBTIDA A PARTIR DE ÓLEO VEGETAL, OVOS E CONDIMENTOS, COM TEXTURA CREMOSA, COR E SABOR CARACTERÍSTICOS, ISENTA DE IMPUREZAS, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE 500G, ÍNTEGRA E RESISTENTE, COM IDENTIFICAÇÃO, DATA DE VALIDADE E REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE.	100	UNIDADE	R\$ 8,17	R\$ 817,00
49	MARGARINA COM ÓLEO INTERESTIFICADO SEM SAL, SEM GORDURA TRANS (65% LÍPIDEOS) 500G	450	UNIDADE	R\$ 9,85	R\$ 4.432,50
50	MILHO PARA PIPOCA (500G): MILHO PARA PIPOCA, COM GRÃOS SELECIONADOS, ISENTO DE IMPUREZAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 500G, COM IDENTIFICAÇÃO E DATA DE VALIDADE.	300	PACOTE	R\$ 7,48	R\$ 2.244,00
51	MILHO PARA MUNGUNZÁ (500G): MILHO PARA MUNGUNZÁ, COM GRÃOS SELECIONADOS, ISENTO DE IMPUREZAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 500G, COM IDENTIFICAÇÃO E DATA DE VALIDADE.	300	PACOTE	R\$ 4,74	R\$ 1.422,00
52	ÓLEO DE SOJA (900ML): ÓLEO DE SOJA REFINADO, COM ASPECTO, COR E SABOR CARACTERÍSTICOS, ISENTO DE IMPUREZAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 900ML, COM IDENTIFICAÇÃO E DATA DE VALIDADE.	500	UNIDADE	R\$ 8,15	R\$ 4.075,00
53	ÓLEO DE MILHO (900ML): ÓLEO DE MILHO REFINADO, COM ASPECTO, COR E SABOR CARACTERÍSTICOS, ISENTO DE IMPUREZAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 900ML, COM IDENTIFICAÇÃO E DATA DE VALIDADE	100	UNIDADE	R\$ 12,78	R\$ 1.278,00
54	ORÉGANO DESIDRATADO (10G): ORÉGANO DESIDRATADO, COM AROMA E SABOR CARACTERÍSTICOS, ISENTO DE IMPUREZAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 10G, COM IDENTIFICAÇÃO E DATA DE VALIDADE.	100	PACOTE	R\$ 3,21	R\$ 321,00
55	PÃO DE FORMA (400G): PÃO DE FORMA, FRESCO, COM TEXTURA, COR E SABOR CARACTERÍSTICOS, ISENTO DE IMPUREZAS, ACONDICIONADO EM PACOTE DE 400G, COM IDENTIFICAÇÃO E DATA DE VALIDADE, DEVENDO TER DATA DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 3 DIAS.	500	PACOTE	R\$ 8,95	R\$ 4.475,00
56	PÃO TIPO CACHORRO-QUENTE (10 UNIDADES – 400G): PÃO TIPO CACHORRO-QUENTE, COM TEXTURA, COR E SABOR CARACTERÍSTICOS, ISENTO DE IMPUREZAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM COM 10 UNIDADES PESANDO APROXIMADAMENTE 400G, COM IDENTIFICAÇÃO E DATA DE VALIDADE.	300	PACOTE	R\$ 9,91	R\$ 2.973,00
57	PÃO FRANCÊS (TRIGO): PÃO FRANCÊS, ELABORADO COM FARINHA DE TRIGO, COM TEXTURA, COR E SABOR CARACTERÍSTICOS, ISENTO DE IMPUREZAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ADEQUADA, COM IDENTIFICAÇÃO E DATA DE VALIDADE.	2.000	UNIDADE	R\$ 15,63	R\$ 31.260,00

58	PÃO DE QUEIJO (400G): PÃO DE QUEIJO, COM TEXTURA, COR E SABOR CARACTERÍSTICOS, ISENTO DE IMPUREZAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 400G, COM IDENTIFICAÇÃO E DATA DE VALIDADE.	300	PACOTE	R\$ 13,89	R\$ 4.167,00
59	VINAGRE DE MAÇÃ (500ML): VINAGRE DE MAÇÃ, COM SABOR E ODOR CARACTERÍSTICOS, ISENTO DE IMPUREZAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 750ML, COM IDENTIFICAÇÃO E DATA DE VALIDADE.	100	UNIDADE	R\$ 7,59	R\$ 759,00
60	SAL IODADO (1KG): SAL IODADO, ISENTO DE IMPUREZAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 1KG, COM IDENTIFICAÇÃO, PESO LÍQUIDO E DATA DE VALIDADE.	500	KG	R\$ 3,51	R\$ 1.755,00

LOTE 3 - CARNES E FRIOS					
Nº	DESCRIÇÃO	QTD	UND	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	POLPA DE FRUTAS, EMBALAGENS COM 1QUILO SABORES VARIADAS SELECIONADAS E ISENTAS DE CONTAMINAÇÃO, DEVE CONTER A VALIDADE NO MÍNIMO 6 MESES A 1 ANO	4.000	KG	R\$ 21,79	R\$ 87.160,00
2	IOGURTE NATURAL ZERO LACTOSE (130G), EMBALAGEM DE 130G, COM REGISTRO NOS ÓRGÃOS COMPETENTES, PRAZO DE VALIDADE ADEQUADO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ÍNTEGRA, HERMETICAMENTE FECHADA, SEM DANOS OU VIOLAÇÕES, PRÓPRIO PARA CONSUMO.	100	UNIDADE	R\$ 9,47	R\$ 947,00
3	CARNE BOVINA DE 1º QUALIDADE, SEM OSSO (ALCATRA, CHÃ DE DENTRO, COXÃO MOLE, PATINHO, LOMBO), RESFRIADA, LIMPA, ASPECTO PRÓPRIO DA ESPÉCIE, NÃO AMOLECIDA NEM PEGAJOSA, COR PRÓPRIA DA ESPÉCIE, NÃO AMOLECIDA NEM PEGAJOSA COR: PRÓPRIA DA ESPÉCIE, SEM MANCHAS ESVERDEADAS OU PARDACENTAS, ODOR: PRÓPRIO DO TIPO DE CORTE. SEIPOA, SIF, JUNTO COM ALVARÁ SANITÁRIO DO LOCAL DE MANIPULAÇÃO.	3.500	KG	R\$ 55,01	R\$ 192.535,00
4	CARNE BOVINA 2º, COM OSSO (ACÉM, MÚSCULO), RESFRIADA, LIMPA, ASPECTO: PRÓPRIO DA ESPÉCIE, NÃO AMOLECIDA NEM PEGAJOSA, COR PRÓPRIA DA ESPÉCIE, SEM MANCHAS, ESVERDEADAS OU PARDACENTAS, ODOR: PRÓPRIO DO TIPO DE CORTE. SEIPOA, SIF, JUNTO COM ALVARÁ SANITÁRIO LOCAL DE MANIPULAÇÃO.	3.500	KG	R\$ 39,44	R\$ 138.040,00
5	CARNE DE CHAQUE, DE PRIMEIRA QUALIDADE NO MÁXIMO 10% DE GORDURA EMBALADO EM SACO PLÁSTICO VÁCUO TRANSPARENTE E ATÓXICO LIMPOS NÃO VIOLADOS, QUE GARANTAM A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O CONSUMO. DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 30 DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA	2.500	KG	R\$ 44,25	R\$ 110.625,00
6	CARNE BOVINA MOIDA DE 1º QUALIDADE, RESFRIADA, LIMPA, ASPECTO PRÓPRIA DA ESPÉCIE, NÃO AMOLECIDA NEM PEGAJOSA	2.500	KG	R\$ 43,34	R\$ 108.350,00

	COR: PRÓPRIA DA ESPÉCIE, SEM MANCHAS ESVERDEADAS OU PARDACENTAS, ODOR: PRÓPRIO DO TIPO DE CORTE. SEIPOA, SIF, JUNTO COM ALVARÁ SANITÁRIO DO LOCAL DE MANIPULAÇÃO				
7	CARNE DE SOL BOVINA, 1º QUALIDADE, CURADA SECA, EMBALADA A VÁCUO, EM SACOS PLÁSTICOS TRANSPARENTES E ATÓXICO	1.000	KG	R\$ 51,61	R\$ 51.610,00
8	FILÉ DE FRANGO, CONGELADOS EM BIFES DE 120G, A 140G, SEM TEMPERO E COM CERTIFICADO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA.	2.000	KG	R\$ 29,17	R\$ 58.340,00
9	OVOS DE GALINHA, INTEGRO, LIVRE DE SUJIDADES, COM PESO MÉDIO DE 50G CONTAÇÃO POR BANDEJA COM 30 UNIDADE	1.000	BANDEJA	R\$ 24,74	R\$ 24.740,00
10	PEITO DE FRANGO, COM OSSO, 1 QUALIDADE CONGELADO, TAMANHO MÉDIO E GRANDE DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 30 DIAS A PARTIR DA DATA DA ENTREGA	4.000	KG	R\$ 21,66	R\$ 86.640,00
11	QUEIJO MUSSARELA, FATIADO DE BOA QUALIDADE EMBALAGEM TIPO BANDEJA DE ISOPOR COM FILME PLÁSTICO, DEVIDAMENTE IDENTIFICADO COM A MARCA DO PRODUTO, PESO E DATA DE VALIDADE	250	KG	R\$ 46,04	R\$ 11.510,00
12	QUEIJO RALADO, QUEIJO TIPO PARMESÃO RALADA, EMBALAGEM DE 50G, COM DATA DE VALIDADE DE NO MÍNIMO DE 3 MESES.	100	PACOTE	R\$ 11,50	R\$ 1.150,00
13	QUEIJO COALHO, PRIMEIRA QUALIDADE EMBALE ORIGINAL A VÁCUO EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE NÃO VIOLADO. DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 30 DIAS A PARTIR DA DATA DA ENTREGA. QUILO.	100	KG	R\$ 44,16	R\$ 4.416,00
14	COXA C/ SOBRECOXA DE FRANGO, CONGELADO, EMBALAGEM FILME PVC TRANSPARENTE CONTENDO PRAZO DE VALIDADE	1.500	KG	R\$ 18,14	R\$ 27.210,00
15	MORTADELA (PEÇA INTEIRA): MORTADELA COZIDA, PRODUTO CÁRNEO INDUSTRIALIZADO DE CARNE SUÍNA E/OU BOVINA, COM TEXTURA, COR E SABOR CARACTERÍSTICOS, ISENTA DE SUJIDADES, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM ÍNTEGRA, COM IDENTIFICAÇÃO, DATA DE VALIDADE E REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE, DEVENDO SER ENTREGUE SOB REFRIGERAÇÃO.	150	UNIDADE	R\$ 18,61	R\$ 2.791,50
16	SALSICHA (PCT 5KG): SALSICHA TIPO HOT DOG, PRODUTO CÁRNEO INDUSTRIALIZADO, ELABORADO COM CARNE SUÍNA E/OU BOVINA, COM TEXTURA, COR E SABOR CARACTERÍSTICOS, ISENTA DE SUJIDADES, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM RESISTENTE DE 5KG, COM IDENTIFICAÇÃO, DATA DE VALIDADE E REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE, DEVENDO SER ENTREGUE SOB REFRIGERAÇÃO.	100	PACOTE	R\$ 53,65	R\$ 5.365,00

17	SARDINHA (LATA 125G): SARDINHA EM CONSERVA, PREPARADA COM PEIXE INTEIRO OU EM PEDAÇOS, AO ÓLEO OU MOLHO DE TOMATE, COM ASPECTO, COR, SABOR E ODOR CARACTERÍSTICOS, ISENTA DE IMPUREZAS, ACONDICIONADA EM LATA DE 125G, ÍNTEGRA, COM IDENTIFICAÇÃO, DATA DE VALIDADE E REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE.	200	LATA	R\$ 7,22	R\$ 1.444,00
----	---	-----	------	----------	--------------

VALOR TOTAL: R\$1.816.262,00 (um milhão e oitocentos e dezesseis mil e duzentos e sessenta e dois reais)

4. JUSTIFICATIVA DA DIVISÃO POR LOTES:

A divisão do objeto em lotes foi adotada com fundamento na necessidade de garantir maior eficiência na contratação, bem como ampliar a competitividade do certame, observando-se a viabilidade técnica e econômica.

Os itens foram agrupados em lotes conforme suas características comuns, especialmente quanto à natureza dos produtos, grau de perecibilidade, condições de armazenamento, logística de distribuição e especificidades do mercado fornecedor, evitando-se o fracionamento inadequado ou a concentração excessiva que possa restringir a competitividade.

O **Lote 01**, composto por frutas, legumes, verduras, raízes e tubérculos, reúne produtos hortifrutigranjeiros, caracterizados pela alta perecibilidade e necessidade de fornecimento frequente, exigindo logística específica de entrega e armazenamento.

O **Lote 02**, que abrange cereais, óleos, gorduras e demais produtos industrializados, contempla itens de maior durabilidade, com ampla padronização e disponibilidade no mercado, possibilitando fornecimento em condições distintas dos produtos perecíveis.

O **Lote 03**, referente a carnes e frios, envolve produtos de origem animal que demandam controle rigoroso de qualidade, condições sanitárias específicas e transporte adequado, geralmente sob refrigeração, justificando sua segregação em lote próprio.

A adoção dessa divisão visa:

- Promover maior organização na execução contratual;
- Possibilitar a participação de fornecedores especializados em cada segmento;
- Garantir melhores condições de fornecimento e qualidade dos produtos;
- Otimizar a logística de entrega e armazenamento;
- Ampliar a competitividade do certame.

Destaca-se que o parcelamento do objeto encontra respaldo na Lei Federal nº 14.133/2021, a qual estabelece que as contratações devem, sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, ser divididas em parcelas, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis e à ampliação da competitividade.

Adicionalmente, conforme orientações do Tribunal de Contas da União, o parcelamento deve ser adotado de forma a não comprometer a economia de escala nem a eficiência da contratação, sendo vedada a divisão que resulte em prejuízo ao conjunto do objeto.

Dessa forma, a divisão em lotes adotada mostra-se adequada, proporcional e vantajosa para a Administração, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade e competitividade.

5. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

A presente contratação fundamenta-se na necessidade de assegurar o fornecimento contínuo de gêneros alimentícios para atender às demandas das diversas Secretarias Municipais do Município de Senador Elói de Souza/RN, garantindo a regular execução das atividades administrativas, educacionais e assistenciais desenvolvidas pela Administração Pública.

A aquisição desses itens é indispensável para a manutenção de políticas públicas essenciais, especialmente no que se refere à alimentação escolar dos alunos da rede municipal de ensino, ao atendimento de programas sociais voltados à população em situação de vulnerabilidade, bem como ao suporte de atividades institucionais que demandam fornecimento de alimentação.

Nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, a fase de planejamento da contratação deve demonstrar a necessidade da contratação e sua adequação ao interesse público, sendo o Estudo Técnico Preliminar o instrumento responsável por evidenciar o problema a ser resolvido e a melhor solução disponível.

Conforme orientação normativa, a descrição da necessidade deve evidenciar o problema a ser resolvido, justificando a contratação sob a perspectiva do interesse público, incluindo a continuidade dos serviços e o atendimento das demandas institucionais

A demanda por gêneros alimentícios apresenta caráter contínuo e recorrente, uma vez que está diretamente vinculada ao funcionamento regular das atividades administrativas e à execução de políticas públicas permanentes, não sendo possível sua interrupção sem prejuízo ao interesse público.

Diante disso, optou-se pela adoção do Sistema de Registro de Preços, por se tratar de solução adequada para demandas futuras e eventuais, com quantitativos estimados, permitindo maior flexibilidade na gestão contratual e evitando aquisições desnecessárias ou formação de estoques excessivos.

Adicionalmente, a previsão de fornecimento de forma continuada, com entregas parceladas, mostra-se tecnicamente adequada, considerando:

- A natureza dos produtos, muitos dos quais perecíveis;
- A necessidade de manter a qualidade e condições adequadas de consumo;
- A limitação de espaço físico para armazenamento;
- A redução de perdas e desperdícios;
- A otimização da logística de distribuição.

Em razão da natureza continuada do objeto, o fornecimento ocorrerá de forma sucessiva e parcelada durante a vigência da Ata de Registro de Preços e dos instrumentos contratuais dela decorrentes, observadas as disponibilidades orçamentárias e as necessidades da Administração. Ao término de cada período de vigência, os quantitativos utilizados serão considerados exauridos, iniciando-se novo período mediante eventual prorrogação da ata ou celebração de nova contratação, em observância ao adequado planejamento administrativo e ao princípio da anualidade orçamentária.

Dessa forma, a presente contratação revela-se necessária, legítima e indispensável para garantir a regularidade da alimentação escolar e das atividades da Secretaria Municipal de Educação e demais secretarias do Município de Senador Elói de Souza/RN, assegurando atendimento adequado aos estudantes da rede pública municipal de ensino e a observância do interesse público.



Estado do Rio Grande do Norte
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELOI DE SOUZA
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
Rua Euclides Lins, sn – Centro – CEP:59.250-000
CNPJ 08.449.571/0001-10

6. DAS AMOSTRAS:

Encerrada a fase de lances e declarado o licitante provisoriamente vencedor, o Agente de Contratação poderá solicitar a apresentação de amostras dos itens ofertados, observados os critérios de razoabilidade, disponibilidade de espaço físico para armazenamento e os custos envolvidos no transporte.

A solicitação será realizada por meio do sistema eletrônico (chat), devendo o licitante apresentar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos itens vencidos no respectivo lote, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados da convocação.

As amostras deverão ser entregues no Centro de Distribuição de Alimentos da Secretaria Municipal de Educação, situado na Rua Dalmério Maurício – Centro - Senador Elói de Souza/RN, no horário das 08h às 12h e das 13h às 17h.

A análise das amostras será realizada pela equipe de Nutrição da Secretaria Municipal de Educação, que emitirá relatório técnico quanto à conformidade, qualidade e adequação dos produtos apresentados.

O relatório técnico subsidiará a decisão do Agente de Contratação acerca da aceitação da proposta e adjudicação do objeto ao licitante vencedor.

7. PRAZO DE VIGÊNCIA E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Os produtos solicitados deverão ser entregues em até **72 (setenta e duas) horas**, contadas a partir da emissão da Ordem de Compra, Centro de Distribuição de Alimentos, com sede na Secretaria Municipal de Educação, na Rua Dalmério Maurício – Centro - Senador Elói de Souza/RN, no horário das 08h às 12h e das 13h às 17h. Os casos excepcionais (como feriados) serão tratados de forma específica, com prévio acordo entre o responsável pelo recebimento e o fornecedor.

Serão recebidos, exclusivamente, gêneros alimentícios que estejam em conformidade com as amostras apresentadas, não sendo aceita a substituição de marcas ou quantitativos.

No ato da entrega, quando houver necessidade de fracionamento da embalagem original, conforme cronograma fornecido pela SMECD, os alimentos deverão ser acondicionados em

- Não é permitido, nas embalagens, emendas ou remendos que modifiquem o espaço interno original.
- Não é permitido o reaproveitamento de embalagens que tenham sido utilizadas para acondicionamento de defensivos agrícolas, fertilizantes, rações ou produtos similares.
- Nenhum componente da embalagem (matéria-prima ou acessório) poderá conter resíduos prejudiciais ao produto acondicionado e/ou à saúde humana.
- Os materiais utilizados nas embalagens devem estar em conformidade com as normas e recomendações de saúde e higiene, sendo capazes de proteger os produtos embalados.

As embalagens, de modo geral, devem ser secas, livres de qualquer matéria estranha, resistentes e capazes de proteger o produto.



Estado do Rio Grande do Norte
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELOI DE SOUZA
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
Rua Euclides Lins, sn – Centro – CEP:59.250-000
CNPJ 08.449.571/0001-10

Constatada qualquer irregularidade quanto à qualidade, quantidade ou peso no ato da entrega, as mercadorias serão recusadas, devendo ser repostas no prazo de 36 horas, conforme critérios estabelecidos para o controle de qualidade dos gêneros alimentícios.

As entregas dos gêneros alimentícios perecíveis deverão ser realizadas por pessoal devidamente uniformizado e utilizando Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

A entrega dos gêneros alimentícios que necessitam de refrigeração deverá ser efetuada em caminhão baú refrigerado, de acordo com as normas do Decreto nº 31.455, de 20/06/82, e da Portaria CVS 6/99, de 10/03/99. Durante o transporte, os produtos devem ser mantidos nas respectivas temperaturas.

8. RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA:

Este Termo de Referência foi elaborado pelo servidor abaixo assinado, no uso das suas atribuições legais e profissionais, estando em consonância com as disposições e normativas aplicáveis.

Senador Elói de Souza/RN, 01 de junho de 2026

MÁRCIO GLEY DA CUNHA
Secretário Municipal de Educação
Senador Elói de Souza/RN



Estado do Rio Grande do Norte
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELOI DE SOUZA
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
Rua Euclides Lins, sn – Centro – CEP:59.250-000
CNPJ 08.449.571/0001-10

2.3. Poderá utilizar-se da presente Ata qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante consulta prévia ao órgão gerenciador, observada a comprovação da vantagem e as condições da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.4. Caberá ao fornecedor registrado optar pela aceitação ou não do fornecimento em adesões (artigo 86, § 6º, da Lei Federal nº 14.133/21).

2.5. As aquisições ou contratações adicionais realizadas por órgãos aderentes não poderão exceder a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, conforme previsto no artigo 86, §4º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.6. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem, conforme previsto no artigo 86, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preços terá validade de **até 12 (doze) meses**, contados da sua assinatura, **podendo ser prorrogada, por igual período**, nos termos do artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que haja justificativa e concordância das partes.

CLÁUSULA QUARTA – DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata poderá ser alterada nos termos do artigo 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2. Os preços registrados poderão ser revistos em razão de redução de mercado ou de fato que eleve os custos.

4.3. Havendo elevação de mercado, será facultado ao fornecedor solicitar a revisão, mediante comprovação.

CLÁUSULA QUINTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

5.1. O cancelamento do registro do fornecedor ocorrerá nas hipóteses da Lei Federal nº 14.133/21, assegurados contraditório e ampla defesa.

5.2. O cancelamento poderá ser promovido de ofício ou a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA SEXTA – DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES

6.1. As contratações decorrentes da Ata serão formalizadas por contrato, nota de empenho ou instrumento equivalente (artigo 95 da Lei Federal nº 14.133/21).

6.2. A contratada será convocada para assinar o instrumento no prazo de 2 (dois) dias úteis, prorrogáveis uma vez por igual período.

6.3. A contratada deverá manter as condições de habilitação durante a execução contratual (artigo 104, da Lei Federal nº 14.133/21).

6.4. Aplicam-se as hipóteses de alteração contratual previstas no artigo 124 da Lei Federal 14.133/21.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA DAS CONTRATAÇÕES

7.1. Os contratos ou instrumentos equivalentes decorrentes desta Ata de Registro de Preços terão vigência definida no respectivo instrumento de contratação, observadas as disposições do edital, desta Ata e dos artigos 105 a 114 da Lei Federal nº 14.133/2021. Na ausência de previsão expressa, a vigência será limitada ao prazo necessário ao cumprimento integral das obrigações assumidas.

CLÁUSULA OITAVA – DO PREÇO

8.1. Durante a vigência de cada contratação, os preços são **FIXOS E IRREAJUSTÁVEIS**, salvo nas hipóteses legais de revisão (artigo 134 da Lei Federal nº 14.133/21).

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES

9.1. A Contratada obriga-se a:

- a) entregar os bens nas condições, prazos, locais e especificações estabelecidos no edital, Termo de Referência, Ata e proposta apresentada;
- b) reparar, corrigir, substituir ou remover, às suas expensas, os produtos com defeitos, vícios ou avarias, no prazo fixado pela Administração;
- c) atender prontamente às solicitações e exigências da Administração relacionadas ao objeto contratado;
- d) comunicar previamente e justificar eventual impossibilidade de cumprimento dos prazos estabelecidos;
- e) manter, durante toda a execução da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- f) não transferir ou subcontratar obrigações sem prévia autorização da Administração;
- g) observar as normas de proteção ao trabalho do menor previstas na legislação; e
- h) responsabilizar-se por todos os custos, encargos, tributos, fretes, seguros e demais despesas necessárias à execução do objeto.

9.2. A Contratante obriga-se a:

- a) receber e verificar os bens entregues, observando as condições e especificações estabelecidas no edital, Termo de Referência e proposta;
- b) acompanhar e fiscalizar a execução da contratação por meio de representante formalmente designado;
- c) rejeitar, no todo ou em parte, os bens entregues em desacordo com as especificações exigidas; e
- d) efetuar o pagamento nas condições e prazos estabelecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado no prazo e nas condições estabelecidas no instrumento convocatório e na legislação aplicável, contado da liquidação da despesa, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo fiscal ou gestor da contratação.

10.2. O pagamento ficará condicionado à verificação do cumprimento das obrigações contratuais e da manutenção das condições de habilitação da contratada.

10.3. Havendo erro, inconsistência na documentação apresentada ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o prazo para pagamento ficará suspenso até a regularização da pendência, sem ônus para a Administração.

10.4. Os pagamentos observarão a legislação tributária aplicável, inclusive quanto às retenções legais cabíveis.

10.5. O pagamento será realizado por ordem bancária em conta indicada pela contratada ou por outro meio admitido pela legislação vigente.

10.6. Eventuais atrasos de pagamento, quando atribuíveis exclusivamente à Administração, observarão a atualização e os encargos previstos na legislação e no instrumento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

11.1. A execução da contratação será acompanhada e fiscalizada por representante formalmente designado pela Administração, competindo-lhe acompanhar, fiscalizar e registrar as ocorrências



Estado do Rio Grande do Norte
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELOI DE SOUZA
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
Rua Euclides Lins, sn – Centro – CEP:59.250-000
CNPJ 08.449.571/0001-10

relacionadas à execução contratual, bem como adotar ou solicitar as providências necessárias à regularização de falhas identificadas.

11.2. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela execução do objeto, inclusive perante terceiros, por danos, falhas, vícios ou irregularidades verificadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Aplicam-se as penalidades previstas nos artigos 155 a 159 da Lei Federal nº 14.133/21, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal.

12.2. As sanções poderão ser:

- Advertência;
- Multa (moratória até 0,5% ao dia, limitada a 10%; compensatória até 10% do valor do contrato);
- Impedimento de licitar e contratar por até 3 anos;
- Declaração de inidoneidade.

12.3. A aplicação das penalidades observará contraditório, ampla defesa e proporcionalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Integram a presente Ata o Edital, seus anexos, o Termo de Referência e a proposta da empresa vencedora.

13.2. Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei Federal nº 14.133/2021 e legislação correlata.

13.3. O foro eleito para dirimir controvérsias será o da **COMARCA DE TANGARÁ/RN**, com exclusão de qualquer outro

Senador Elói de Souza/RN de XXXXXX de XXXX de 2026.

Representante do Órgão

Representante da Empresa



Estado do Rio Grande do Norte
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELOI DE SOUZA
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
Rua Euclides Lins, sn – Centro – CEP:59.250-000
CNPJ 08.449.571/0001-10

recomposição dos quantitativos autorizados, em consonância com o princípio da anualidade orçamentária e com a necessidade de adequado planejamento e controle da despesa pública, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Acompanhar, fiscalizar, inspecionar e supervisionar, diariamente, a execução deste contrato, bem como efetuar o pagamento de acordo com o pactuado, deduzido os descontos legais;
- b) Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar suas obrigações dentro das condições pactuadas;
- c) Fornecer a CONTRATADA todos os documentos necessários ao bom e fiel cumprimento do presente contrato, quando solicitado;
- d) A CONTRATANTE se obriga a arcar com todos os custos com viagens e deslocamentos efetuados pelo CONTRATADO, por via aérea ou terrestre, desde que previamente autorizada pela CONTRATANTE, mediante apresentação de documento comprobatório.
- e) A CONTRATANTE se obriga a efetuar o pagamento pelos serviços prestados conforme prazo estipulado neste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. São obrigações da CONTRATADA:

- a) A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
 - a.1) efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
 - a.2) O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- d) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 – As despesas decorrentes da presente licitação ocorrerão em conformidade com o Orçamento Geral do Município para o ano de 2026, de acordo com a Lei Orçamentária Anual nº 519/2025, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2025, com a Natureza da Despesa – 3.3.90.30 – Material de Consumo.

7.2 - Em havendo necessidade devidamente justificada poderá haver inclusão de Dotação Orçamentária de Órgão e/ou Secretaria participante ou não, através de Apostilamento (Artigo 136 da Lei Federal nº 14.133/2021).

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será condicionado ao que dispõe a Resolução nº 026/2017 e à consulta da regularidade fiscal da pessoa jurídica e, também, a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Nota Fiscal/Fatura da CONTRATADA, contendo descrição do objeto da licitação e valor unitário referente ao mês da competência dos serviços;
- b) Certidão Negativa (ou positiva, com efeito, de negativa) de Débito – CND, fornecida pelo Instituto Nacional de Seguro Social / **INSS**;
- c) Certificado de Regularidade do **FGTS** - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- d) Certidão Negativa (ou positiva, com efeito, de negativa) de Débito do Estado do domicílio ou sede do licitante;
- e) Certidão Negativa de Tributos do Município, da sede da LICITANTE.
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

8.2. Se a Nota Fiscal/Fatura apresentar irregularidades, falhas ou omissões que comprometam a liquidação da despesa ou não vier acompanhada dos documentos exigidos no item 8.1, ficará pendente o pagamento até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus para a CONTRATANTE.

8.3. O pagamento dos serviços será efetuado com base nos quantitativos e preços unitários consignados na proposta de preços da CONTRATADA.

8.4 - O pagamento será efetuado integralmente em até 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços, de acordo com as especificações constantes nesta cláusula.

CLÁUSULA NONA – DA VINCULAÇÃO

9.1. Fazem parte integrante do presente contrato, independente de transcrição, o Pregão Eletrônico nº xxx/2026 e seus anexos, a Proposta da CONTRATADA e demais peças que constitui o respectivo processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

10.1. Ficará responsável pelo acompanhamento da contratação o(a) Sr(a). _____, que registrará todas as ocorrências e deficiências verificadas em relatório próprio, cuja cópia será encaminhada à Contratada, objetivando a correção das irregularidades apontadas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. O licitante ou contratado que praticar as infrações previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 ficará sujeito, garantidos o contraditório e a ampla defesa, às seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa moratória e/ou compensatória;
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2. O atraso injustificado na execução das obrigações assumidas sujeitará a contratada à multa de mora de 0,5% por dia de atraso, limitada a 10% do valor da contratação, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

11.3. A inexecução total ou parcial do objeto poderá ensejar a aplicação cumulativa das sanções previstas nesta cláusula, observados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

11.4. As multas poderão ser descontadas dos pagamentos devidos pela Administração ou cobradas administrativamente e judicialmente.

11.5. A aplicação das penalidades observará processo administrativo próprio, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.6. Na hipótese de recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato ou aceitar instrumento equivalente, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação e as condições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS



Estado do Rio Grande do Norte
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELOI DE SOUZA
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
Rua Euclides Lins, sn – Centro – CEP:59.250-000
CNPJ 08.449.571/0001-10

12.1. Fica estabelecido que caso venha ocorrer algum fato não previsto no presente Contrato, os chamados casos omissos, estes serão resolvidos entre as partes, respeitado o objeto do Contrato, a legislação e demais normas reguladoras da matéria e em especial a Lei nº 14.133/21, aplicando-lhe, quando for o caso, supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos Contratos estabelecidos na Legislação Civil Brasileira e as disposições do Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

13.1. O CONTRATANTE providenciará a publicação deste contrato, por extrato, nos locais de costume, no prazo máximo de vinte (20) dias, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Fica eleito o foro do município de Tangará/RN, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão oriunda do presente Instrumento Contratual.

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, depois de lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato, em três (03) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de duas (02) testemunhas abaixo assinadas.

Senador Eloi de Souza/RN, xx de xxxxxxxxxx de 2026.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CPF: xxxxxxxxxxxxxxxxxxx
(Representante da Vencedora)

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____



Estado do Rio Grande do Norte
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELOI DE SOUZA
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
Rua Euclides Lins, sn – Centro – CEP:59.250-000
CNPJ 08.449.571/0001-10

ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

(em papel timbrado da empresa)

PROPOSTA DE PREÇOS

Senhor Agente de Contratação,

A empresa _____, com sede na rua ____, inscrita no CNPJ/MF sob nº. _____, abaixo assinada por seu representante legal, interessada na participação do presente pregão, propõe a Prefeitura Municipal de Senador Eloi de Souza/RN, o fornecimento do objeto deste ato convocatório, de acordo com a presente proposta comercial, nas seguintes condições:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXX	XXXX	XXXXXX	XXXXXX
TOTAL						XXXXXX

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Valor Total da Proposta: R\$ __ (____).

Local e data,

Nome ou carimbo: _____

Cargo ou carimbo: _____

Nº. da cédula de identidade e órgão emitente: _____

CPF: _____